

Vanguarda Socialista

NESTE NÚMERO

A GUERRA CIVIL NA ESPANHA (IV) Bestram Wolf — ASPECTOS ECONÔMICOS, Pirajá — DOCUMENTOS DO MARXISMO, J. Mastor — CRÔNICA LITERÁRIA, Patricia Galvão — PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO, Paulo de Castro — MODIFICAÇÕES NO GOVERNO DE STALINE (II), F. Nicolaewsky — PÁGINA SINDICAL — O NEGRO E O SOCIALISMO, I. Jones.

ANO I Sexta-feira, 9 de Agosto de 1946 N.º 50 — RIO DE JANEIRO — BRASIL
Redação : AV. APARICIO BORGES, 207 — 3.º ANDAR — SALA 302 • Diretor : MARIO PEDROSA

Sai às 6as-feiras — Cr\$ 0,50

Vanguardas, partido e socialismo

Há camaradas que costumam sorrir com superior desdém logo que ouvem opor-se à concepção do partido como vanguarda do partido-classe. Para eles, essa oposição não existe ou, se existe, é idealista e utópica. O “insuficiente nível cultural das massas e a sua hegeterogeneidade” tornam inevitável que o proletariado só possa chegar ao poder “por intermédio de sua vanguarda”. “Somente sob a direção de sua vanguarda pode o proletariado exercer a sua ditadura”. Baseado nestes aforismos realistas é que o bolchevique construiu a sua concepção de partido. Desse realismo incontestável partiu, por sua vez, o “ideólogo” do fascismo para defender a sua concepção de partido de elite.

Os bolcheviques só tinham por isso desdém para com a concepção democrática expressa sobretudo por Rosa Luxemburgo, segundo a qual a vanguarda que é o partido identifica-se com a classe e só assim poderá realizar-se o socialismo. Os bolcheviques vitoriosos quiseram provar por sua vitória a verdade de sua concepção, ao mesmo tempo que opunham o seu realismo vicioso ao utopismo democrático do luxemburgismo. No entanto, quando eles negam a possibilidade da classe trabalhadora chegar a identificar-se com o partido, quando afirmam que devido ao seu atraso cultural e à sua heterogeneidade o proletariado nunca poderá chegar ao poder senão através dessa vanguarda ou dessa elite, negam com isso apenas a possibilidade prática do socialismo.

Hipnotizados pela experiência da revolução russa, não vêem que o socialismo não começa ape-

nas com a subida ao poder do partido proletário, bolchevique ou não. Os comunistas entendem mesmo que só quando o partido deles detém para si exclusivamente o poder é que o proletariado começa a exercer a sua ditadura e o socialismo passa à ordem do dia. Para eles, por isso mesmo, só a vitória bolchevique na Rússia é que constituiu a primeira vitória do socialismo no mundo, e a sua única realização até hoje.

Assim, o socialismo é, antes de tudo, uma questão de vitória no domínio exclusivo da política. A tomada do poder é o início de tudo. Nenhum esforço da classe trabalhadora, nenhuma realização, quer no domínio social e econômico, conta para eles. Dir-se-ia que fazem tabua rasa de toda luta anterior do proletariado para organizar-se, para elevar seu nível econômico e moral, para a sua própria preparação técnica e institucional. Nada disso conta, porque o proletariado é “incapaz de chegar ao poder e estabelecer o seu regime senão delegando poderes à sua vanguarda”, isto é, ao punhado de revolucionários e homens especializados na técnica de conduzir as massas e de vencer politicamente a classe inimiga.

Por assim na Rússia e deverá ser assim nos demais países, mesmo naqueles onde o capitalismo, por seu próprio desenvolvimento, criou não somente as condições, mas inclusive os órgãos econômicos, técnicos e sociais de controle e de direção indispensáveis ao regime de economia socialista, que o proletariado no poder deverá inaugurar.

Mas foi a própria experiência

da revolução russa vitoriosa, foi a própria experiência do fascismo e do nazismo vitoriosos em vários países do ocidente que nos vieram mostrar que o socialismo não começa com a subida ao poder pelo partido, mesmo o mais revolucionário ou mais decidido. Na Rússia, a-pesar dos sacrifícios e do heroísmo das massas, da inteligência e da audácia dos seus grandes chefes, que acabaram no correr do processo sendo esmagados pelo próprio mecanismo por eles construído, o socialismo ainda é uma longínqua aspiração, e a vanguarda que tomou o poder ainda não conseguiu superar o insuficiente nível cultural das massas; nem a sua “heterogeneidade” de modo a que ela pudesse ser naturalmente substituída pela própria classe. E desta forma, cada dia que passa mais se vão tornando necessárias “as funções especializadas” dessa vanguarda que tomou o poder em nome da classe e em nome desta exerce a ditadura até não se sabe quando.

A “ditadura” da classe não se exerce apenas através do exercício dos postos governamentais, dos poderes de coação do Estado. A ditadura sobretudo se exerce em sentido social, através dos vários setores que constituem a própria trama da sociedade, através da vida econômica, da gestão das empresas, através da distribuição da renda social, dos órgãos de cultura, dos instrumentos de defesa do povo, e através da mentalidade dos indivíduos. O poder precisa estar envolvido no ambiente geral da sociedade e este, por sua vez, inteiramente permeado de uma mentalidade proletária, isto é, socialista. As massas proletárias da população, isto é, a sua maioria, já têm uma mentalidade socialista, ou sentem diariamente a influência dessa mentalidade, antes que um partido de vanguarda um belo dia assalte o poder vitoriosamente, ou o receba em virtude de circunstâncias felizes. Se o socialismo não é uma aspiração utópica, se é uma necessidade histórica e sobretudo uma possibilidade real para os dias de hoje, só poderá vir se as condições acima descritas existirem.

A organização livre das classes trabalhadoras em todos os domínios fundamentais da vida é, assim, a condição mais indispensável e mais imediata para que o socialismo possa triunfar no mundo. O nível cultural “insuficiente” não pode ser remediado apenas no dia seguinte à tomada

do poder pelo partido revolucionário, que mandaria se abrirem classes por toda parte, escolas para que o proletariado pudesse rapidamente elevar a sua cultura a fim de substituir no poder a sua “elite” mais capaz. O socialismo não é um movimento de elite, mas um movimento do povo trabalhador. Não poderá jamais vir de cima para baixo, mas terá que subir das profundezas da exploração e da miséria para os cumes da liberdade e da consciência.

Para haver socialismo, os negros precisam se organizar em busca da igualdade social e da dignidade entre brancos, seus iguais; as domésticas precisam organizar-se; os mineiros, os artesãos, os sapateiros, os garçons, os empregados de escritório, datilógrafos, os trabalhadores de enxada, os carregadores, os serventes, os loconos, os funcionários, os mecânicos, os maquinistas, os linotipistas, os estudantes, as mães, todos os que trabalham e não exploram o trabalho alheio; os profissionais se devem unir e organizar para vencer o caos, a desigualdade, os conflitos de interesses, os privilégios sociais, os preconceitos de casta, as limitações do capitalismo, as restrições impostas pela propriedade privada dos meios de produção, as rivalidades nacionais, o jingo inter-imperialista mundial. Todos esses grupos e categorias se defendem e se organizam coletivamente e encaram o estado absorventemente confiantes na sua própria resistência e direitos. O socialismo será a cúpula sobre a qual se arrumarão organicamente seus interesses, se harmonizarão as rivalidades, e o indivíduo em cada uma dessas celulas manterá a sua integridade, pois sua própria felicidade é o supremo objetivo para o qual toda a máquina social trabalhará.

Os interesses coletivos dos grupos organizados não visam defender entidades abstratas nem submeter-se em holocausto ao Estado; visam a realidade concreta do ser individual, do homem que só assim, pela primeira vez terá condições para desenvolver as virtualidades da sua própria personalidade.

O socialismo começa de antes da tomada do poder, começa na atitude de cada trabalhador em face do seu próprio trabalho, de sua oficina, de seu escritório, de seus camaradas, de seu patrão. A luta de classes organizada é um elemento civilizador. Só ela impede que o indivíduo se trans-

forme num atomo social informe e inorganizado, instrumento dos Estados totalitários modernos.

Significa isto que se negue o papel das vanguardas no movimento proletário socialista? Absolutamente, não. As vanguardas se organizam como educadoras de todo o movimento. Elas se formam nos diversos campos da atividade social, refletindo em partes os diversos graus de consciência política das massas.

Quanto mais distantes destas estão ou se originam, mais sua “pureza” ideológica ou política é cristalina. Elas constituem então méros grupos de propaganda ideológica, que discutem as idéias quase em abstrato, quase cortadas de suas raízes sociais. Nesse estágio, elas se compõem quase que só de intelectuais.

Grande número dos grupos, chamados “centristas”, grupos políticos existentes em todos os países, são formados desses elementos. Esses grupos podem permanecer através todas as épocas históricas sem que cresçam ou se transformem, desempenhando eternamente a mesma função propagandista. Um exemplo típico desses grupos é o Independent Labour Party inglês, que nasceu na Inglaterra muito antes do atual Partido Trabalhista, ora no poder.

Nos Estados Unidos, quase todos os partidos “políticos” de esquerda, não passaram nunca de vanguardas desse tipo em maior ou menor grau de desenvolvimento. O Partido Socialista americano também é típico nesse sentido, a-pesar de sua antiguidade. O Partido Comunista ali só deixou de ser desse tipo porque a sua tortuosidade tática, a sua

submissão a um governo totalitário estrangeiro, lhe fez perder precisamente a pureza de seus objetivos de propaganda, para transformá-lo numa organização pragmática quanto aos fins e aos processos de luta, visando apenas servir Moscou.

Na França mesmo, os diversos pequenos grupos de vanguarda, revolucionários, existentes no país, nunca ultrapassaram a etapa propagandista (trotskistas, os pequenos grupos anarco-sindicalistas, P. S. O. P., etc.).

O próprio Partido Socialista, cujas tradições vêm da democracia radical de 48, foi sempre tipicamente um movimento de propaganda, e visou sobretudo o campo da política eleitoral, tendo-se recusado sempre a envolver-se no domínio puramente social, de classe, isto é, sindical. Isto fez dele, ao crescer, um partido puramente eleitoralista, sem vitalidade social, sem raízes profundas na classe operária e bolchevique, portanto, aos ventos do oportunismo na mecânica parlamentar.

Essa concepção puramente “política” de partido lhe dá o caráter oportunista, que nunca perdeu, sempre afeito a combinações eleitoralistas, sua natureza vacilante, sem atitude ou posição própria, independente, e é o que na gíria bolchevique se chama de “centrismo”. A maioria dos partidos ou grupos socialistas existentes fora dos quadros do bolchevismo, quer sob a forma degenerada stalinista quer sob a forma anacrônica e sectária do trotskismo, são, pois, de caráter oportunista ou centrista, no melhor dos casos.

(Continua na 4.ª pág.)

A GREVE DA S. P. R.

Em meados da semana passada, os manobreiros da São Paulo Railway declararam-se em greve, que pouco a pouco se estendeu a outros setores de ferrovia, paralisando o tafego de Jundiaí-São Paulo-Santos.

Como sempre, a polícia compareceu à sede do Sindicato prendendo vários ferroviários. Tentando criar ambiente para a sua atuação, permitindo as violências costumeiras, a polícia distribuiu uma nota dizendo que o movimento era de caráter político, provocado pelos comunistas.

A declaração do presidente do Sindicato, Sebastião Paiva, mostrando que a parede era um movimento de revolta dos ferroviários pela injusta distribuição da verba de vinte milhões. Aqueles que ganhavam altos ordenados tiveram de dois a três mil cruzeiros de aumento, enquanto que a maioria dos empregados tinha de contentar-se com dois, cinco, vinte ou cem cruzeiros.

Mas a provocação da polícia ficou inteiramente desmascarada com a posição assumida pelo diretor municipal de São Paulo da UDN, que em comunicado à imprensa mostrou que a greve não era de caráter político e visava a adoção dum critério mais justo e humano nos aumentos: maiores acréscimos aos que percebem menos. Por intermédio do seu Departamento Trabalhista, a UDN, segundo se informa, porá todos advogados seus filiados à disposição da defesa dos grevistas presos e dos que foram envolvidos no processo que fatalmente a polícia vai instaurar.

A interferência da UDN nesta greve, a primeira a registrar-se em todo o país, pôs por terra toda a provocação policial. É preciso aproveitar-se dessa interferência para numa ampla ação

de frente-única lutar pela revogação do decreto-lei 9.070, restaurando o exercício do direito de greve, sem nem uma trava.

Os grevistas da S.P.R., além da exigência referente aos salários, insistem agora na libertação de seus companheiros presos, reivindicação mais do que justa.

A polícia, para armar as suas provocações, afirmou que a parede da S.P.R. era a primeira da nova série articulada pelos comunistas. Mesmo que tal coisa (Continua na 4.ª pág.)

Contra a pena de morte

ARISTIDES LOBO

Os revolucionários de todos os tempos tem sido apologistas mais ou menos entusiásticos da pena de morte. Mas, ai de nós, também os reacionários de todos os tempos! Longe de ser uma característica revolucionária e socialista, a aplicação da pena de morte é um ato que decorre da presunção dominante entre uns e outros, conforme as vicissitudes históricas, de que se tornaram os deuses da sociedade. A massa de proselitistas, guiada sempre por sentimentos de vingança, ódio ou fanfarronada, não vê os tais interesses “superiores” da causa que supõe defender e muito menos os da sociedade em geral, ao aplaudir sem exame os atos de “justiça” praticados pelos governantes. Estes se arvoram em julgadores infalíveis, em senhores absolutos que decidem do bem e do mal, como se o mundo girasse em obediência a pequenas medidas sectárias e toda a nature-

za devesse a acomodar-se de finitivamente ao império de miseros decretos. Fraqueza irremediável da condição humana, tal procedimento torna-se fonte, com demasiada frequência, de males políticos sem possibilidade de emenda, para não falar dos numerosos erros “judiciários” cometidos contra os próprios interesses momentâneos ou remotos, e subalternos ou não, dos seus autores. Transformados por conta própria ou de terceiros em cirurgiões-mores, esses distribuidores de morte consideravam os condenados como órgãos apodrecidos que poderiam contaminar o corpo social e que, nessas condições, devem desaparecer. A idéia de “contaminar” acha-se ligada a “pureza” política do dia, que desse modo pretende representar a sociedade inteira.

A pena de morte é um contra-senso filosófico, moral e político. Como castigo, cheira a religião, sem ter do castigo o caráter ex-

cepcional: apenas antecipa — e esse antecipa é um pressuposto — a realização do que, afinal de contas, deve naturalmente acontecer com a pessoa de cada um, talvez como resultado do cancer ou da lepra, da tuberculose ou do tifo exantemático... Que sabe lá? Também não infunde temor eficaz à multidão dos que sobrevivem, pois a experiência demonstra, ao contrário, que se multiplicam os indivíduos capazes de morrer “antes da hora”. E haverá, a rigor, quem morra “antes da hora”? Caimos, então, num círculo vicioso. E chovemos no molhado, sem nenhum resultado prático. Tudo isso nos deveria conduzir a um exame serio do problema.

Como pena absoluta, insusceptível de corrigenda, a pena de morte não pode ser refletidamente aceita por socialistas conscientes. Temos aí, de início, um erro filosófico. Com que autoridade moral nos erigiremos

em deuses supremos e infalíveis, se não os admitimos para nós mesmos? Deixemos que os religiosos nos condenem à morte, fazendo assim a pilhéria de destruir a obra do seu Deus. Quanto a nós, materialistas, não cometamos jamais a estupidez de “resolver” matá-los, que isso os santifica. Assumamos o compromisso de que ninguém será vítima, individualmente, de nossas resoluções especiais. Isso não impedirá, é claro, que realizemos permanentemente a legítima defesa das nossas idéias e objetivos e sociais, inclusive pela eventual força das armas. Mas, nesse caso o que se tem em vista é vencer e não matar. Se bem que a morte seja um acidente da luta, tão frequente quanto inevitável.

E profundamente grotesco o arzinho superior de proprietários da humanidade que certos pretensos revolucionários assumem (Continua na 4.ª pág.)

A RUSSIA E A PAZ

Que falta ainda para caracterizar-se a posição imperialista da Rússia soviética? Como negar, aí, o reaparecimento das formas econômicas de exploração e dominação capitalistas? Quem poderá afirmar logicamente que a Rússia continua a ser um Estado operário? É claro que todas estas interrogações se impõem, e a análise rigorosa da situação russa nos leva a certeza de que a contra-revolução stalinista chegou às suas últimas consequências. Já não há mais socialismo na Rússia. A Rússia

é um Estado imperialista como a Inglaterra e os Estados Unidos, nada mais tendo de comum com o movimento operário.

A posição dos delegados da União Soviética na Conferência da Paz basta para abrir os olhos dos mais cegos e despertar os que sonham. Chega um momento em que as palavras não podem disfarçar a realidade, e esta surge triunfante ante os olhos de todo mundo, desacreditando automaticamente os que procuravam ocultá-la. A verdade é que está bem caracterizada, no terreno da política internacional, o profundo antagonismo entre Staline e Lenine.

Como e porque? A resposta é simples. Lenine via acima de tudo o movimento internacional das classes trabalhadoras e Staline reduz à sua posição a defesa dos interesses nacionais da União Soviética. Lenine achava-se à frente de uma revolução socialista cujo destino dependia do movimento operário nos grandes nações do ocidente; Staline acha-se à frente das forças contra-revolucionárias que vêm operando, na Rússia, a liquidação da obra e do partido de Lenine.

Lenine, em 1917, exigia “uma paz democrática sem anexação e indenizações”. Na sua celebre proclamação aos povos e aos governos de todos os países beligerantes, imediatamente após o triunfo da insurreição bolchevique, exprimiu de um modo cabal o seu ponto de vista. Querria, então, uma paz sem conquista de territórios de outros países, sem a submissão violenta de populações de outras nacionalidades e sem o pagamento das alegadas despesas e prejuízos de guerra.

Para Lenine uma cousa é a (Continua na 4.ª pág.)

Guerra Civil na Espanha

CAPÍTULO IV

Guerra e Revolução

Nos momentos críticos a arte de usar palavras para esconder pensamentos torna-se, para a classe dirigente e seus agentes policiais, a mais importante de todas. A convenção, o hábito e a rotina perdem seu poder habitual: as massas sacodem sua letargia inmemorial, apossam-se de quartéis, tomam bastilhas quasi que literalmente sem armas, duvidam de homens e instituições que não têm outro mandato senão o da idade e peso opressivo, desenvolvem extraordinária iniciativa e começam a se movimentar por sua conta e risco. Então os antigos líderes políticos trocam apressadamente as roupagens, o que é muito mais fácil que uma mudança na maneira de pensar, e aparecem enfeitados com barretes frígios e fitas vermelhas. A fraseologia radical começa a surgir como uma erupção por todo o corpo político velho e enfermo. As massas, tão novas na política, atropelam; os homens e os acontecimentos são vistos sob o prisma de um otimismo exagerado até que a experiência amarga os ensine a distinguir entre a aparência e a realidade, a frase e a substância, a máscara e o rosto que ela esconde.

Durante tais períodos, de confusão otimista, todo mundo é "revolucionário" e ninguém é tão temerário para ser abertamente contra a "revolução". A energia dos revolucionários mascarados é constantemente dirigida pelo esforço de manter a revolução o mais literária e o menos substancial possível, de retardá-la impedindo a aplicação das medidas mais urgentemente necessárias e sabotá-la em nome da própria revolução. "Para bem da revolução" a própria revolução deve ser adiada para "tempos melhores", isto é, menos revolucionários.

"Primeiro ganhar a guerra..."

Uma das mais engenhosas dessas fórmulas é o "slogan" proposto para sabotar a Revolução na Espanha: "Primeiro ganhar a guerra, depois fazer a revolução". É também um dos mais perigosos porque a história ensina que as guerras verdadeiramente democráticas e populares só podem ser ganhas por meios revolucionários. Com efeito, a Espanha já mostrou, como a França em 1789, a Rússia em 1917, a Etiópia pela prova negativa de 1935, que as guerras de libertação estão perdidas se a revolução fraquejar e podem ser ganhas apesar das mais terríveis animosidades da oposição interna e da invasão estrangeira de todo o mundo reacionário, se a revolução libertar as incriveis

energias latentes das massas da população que toma seu próprio destino em mãos. Essas energias e x c e d e m consideravelmente e desmoralizam a força combatente de exercitos superiores, em luta contra o povo (superior em armas, numero, riqueza e treino, superiores em tudo, exceto no moral) porque todos os exercitos são feitos de trabalhadores e camponeses e a revolução, quando se desenvolve livremente de acordo com as necessidades internas e as leis de sua existência, tem um poder de alastramento que é imprevisível e irresistível.

Rosa Luxemburgo formulou nas seguintes palavras a lei de relação entre a guerra e a revolução:

"A luta de classes e resistência á invasão não se opõem, como a lenda oficial nos faria acreditar, mas aquela é o meio da expressão desta... O prosseguimento intermitente da luta de classes sempre foi a arma mais efetiva contra a invasão estrangeira... O exemplo clássico de nossos tempos é a Grande Revolução Francesa. Em 1793, Paris, coração da França, estava mesclada pelos inimigos. Assim mesmo Paris e a França não sucumbiram á coalisão europela. Se nesse momento critico a França foi capaz de enfrentar todas as novas coalisões do inimigo com nova e miraculosa... explosão de espirito de luta... foi unicamente por causa da impetuosa libertação das forças mais profundas da sociedade, na luta de classes. Hoje, com o recuo de um século, está claro que só a intensificação da luta de classes, que só a ditadura do povo francês e seu radicalismo intermitente eram capazes de conseguir meios e forças extralidas do próprio solo francês, suficientes para defender e sustentar uma sociedade recém-nascida contra um mundo de inimigos, contra as intrigas da dinastia, contra as maquinagens traiçoeiras dos aristocratas, contra os desígnios do clero, contra a traição dos generais, contra a hostilidade de sessenta departamentos e capitais provincianas contra os exercitos e marinhas da Europa monarquista. Os séculos provaram... que a implacável luta de classes é a força que desperta o espirito de auto-sacrificio, a força moral das massas — que a luta de classes é a melhor proteção, a melhor defesa contra o inimigo externo."

A Transferência do Poder Armado

No dia 17 de Julho de 1937, a república burguesa, o governo Frente Popular de Azaña, provou ser incapaz de se opor á rebelião armada, da mesma maneira que já tinha sido incapaz de desarmar a monarquia feudal durante cinco anos de regime republicano. O mesmo fato so-

cial de ele temer mais as massas armadas que a reação armada, paralisou-o como já o tinha paralisado antes. A guerra contra o fascismo não podia nem começar enquanto o povo não iniciasse a revolução. A 19 de julho, quando os trabalhadores tomaram a direção dos acontecimentos, desprezaram o governo covarde e traiçoeiro que estava tentando negociar a capitulação, violaram a decisão governamental de não armá-los e organizaram suas próprias forças armadas, começaram portanto simultaneamente a guerra e a revolução. Nada pode obscurecer este fato; nem certas inconsistências para conduzir a revolução a seus últimos, nem certas fraquezas na direção de algumas fases da guerra. Na verdade, nisso também as duas são inseparáveis, pois a direção da guerra sofreu na proporção direta da fraqueza e inconsequência do proletariado na consecução da revolução. Mas deste fato só uma coisa fica absolutamente clara: se não houvesse revolução, não teria havido guerra.

Nas grandes cidades, principalmente em Barcelona, os trabalhadores vitoriosos, de arma na mão e diante da necessidade de abastecer e equipar suas forças armadas, procederam á imediata requisição de fábricas, dos estoques existentes de matérias e comestíveis e dos meios de transporte. Graças á isso, foram capazes por curto periodo de tomar a ofensiva e avançar pelo Aragón a dentro e por grande parte do resto da Espanha. É digno de nota que, uma vez que os trabalhadores perderam a iniciativa de governar, em vez de se constituírem em governo, a Espanha legalista nunca mais, até o presente momento, assumiu a ofensiva.

O Presidente e o Gabinete, im-

potentes para impedir a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, fizeram o possível para limitá-la e restringi-la. Seus decretos têm como objetivo a restrição de ocupação só a fábricas cujos donos se tinham declarado favoráveis aos rebeldes. Mas com os trabalhadores tomaram as principais cidades industriais num relâmpago, pouco dias depois de ter estalado a rebelião. (Barcelona em dois dias, Madrid em três, Valencia em menos de uma semana), a maior parte dos proprietários de industria não tiveram nem tempo nem quizeram se declarar fascistas. Entre estes proprietários de fábricas "legalistas" e latifundiários "legalistas" em iguais circunstâncias, e nas organizações políticas que eles apoiavam e que os defendiam está o verdadeiro refugio da tão falada "Quinta Coluna" de simpatizantes e que apoiavam secretamente Franco, quinta coluna esta que o Partido Comunista pretende "ver" entre os revolucionários que salvaram Barcelona do fascismo no dia 19 de julho.

A Revolução na Terra

O passo seguinte das masas sob direção revolucionária, ainda sem chefes e contra a vontade dos ministros republicanos, era a tal ocupação da terra, quebrando assim a espinha dorsal do poder economico que sustentava a reação e mobilizando o campo-nês, pela revolução, para o prosseguimento da guerra. Mais tarde o governo rehabilitado e reconstituído, finalmente com um comunista no desagradável papel de restritor oficial da ocupação da terra e da coletivização (Ministro da Agricultura Uribe) tentou limitar a ocupação só ás terras de latifundiários abertamente fascista. Aldeias e regiões inteiras, como os recentes julga-

mentos dos prefeitos comunistas de Villanueva e Alcardete e Villamayor (1) provaram, foram postos novamente sob a direção de caciques, os antigos tiranos de aldeia em nova roupagem republicana e comunista, e o centro da gravidade foi deslocado dos agricultores e camponeses pobres, na maior parte anarquistas e socialistas, para o camponês médio (equivalente espanhol dos kulaks russos) e para a antiga burocracia administrativa.

Os latifundiários que, pela rápida ação envolvente das massas, foram impedidos de declarar abertamente suas simpatias reacionárias divididas, recebem possessões e no poder ou quando suas terras são parcialmente divididas, recebem compensação. Assim o poder econômico da reação rural muda parcialmente na forma mas não é destruído, enquanto que a magnífica iniciativa dos trabalhadores da terra e camponeses revolucionários que mobilizam o campo para a guerra contra o fascismo, justamente onde ele é mais forte, foi e está sendo desanimada e destruída.

(1) Há dezenas de casos pendentes contra autoridades de al-

delas e provincias, especialmente na região de Castela. No entanto quando o C. N. T. e o Castilla Libre (ambos jornais sindicalistas de Madrid) levantaram a questão da terrorização de aldeias e assassínios de membros de agricultores por autoridades rurais, os jornais em questão foram repetidamente suspensos. O prefeito de Villanueva e Alcardete foi finalmente condenado á morte, não por seus ataques e os da Guardia Civil local sob sua direção, contra camponeses indefesos, mas por usar de seu poder para violação e assassinato de duas camponesas. Não foi obrigado a pagar por seus crimes sociais apesar deles terem sido oficialmente reconhecidos durante o processo. Quando "Castilla Libre" fez acusações contra ele foi suprimido pela censura e o jornal comunista "Mundo Obrero" defendeu o prefeito como sendo um bom camarada e um revolucionário comprovado" e acusou "Castilla Libre" de estar sendo "fascista e provocador" no seu depoimento. (Ver Mundo Obrero de 27 de Abril de 1937; Analisamos a diante como a atual política do Partido Comunista conduz inevitavelmente á infiltração de tais elementos em suas fileiras.

BERLIM, 1946

Escrito por um correspondente norte-americano em Berlim: "Berlim 1946 é, como Bisancio no III.º século ou Paris lá por 1820, uma cidade de vida turbulenta e de pobreza abjeta, de uma vida social desfealdada e parasitaria brotando das ruínas de uma civilização derrotada. Não estou certo do que mais me delicia, — se observar a atitude pretenciosa e arrogante do nosso exercito conquistador e as acrobacias que ele realiza em nome da ocupação militar, ou se observar o absurdo novo de contradições em que nos estamos enredando em nome do governo militar. Estamos agora empenhados em representar o papel de Deus, tratando de recriar a Alemanha á nossa propria imagem. E nos surpreendemos terrivelmente cada vez que descobrimos alguma prova evidente de que essa imagem não é perfeita. Mas não se preocupe dar-lhes-emos a democracia ainda se tivermos de socá-la gargante abaixo e saltar lá dentro depois."

ASPECTOS ECONÔMICOS

A MISERIA DAS CLASSES TRABALHADORAS

Ao analisarmos em artigo anterior o quadro do "custo de vida na cidade do Rio de Janeiro", publicação do Ministério da Fazenda, procuramos salientar a condição de sub-nutrido do povo brasileiro e a de faminto da população carioca, conclusão que se impunha, dissemos a quem examinasse os algarismos ali apresentados sob várias rubricas. Realmente não deixa de ser, sob diversos aspectos, chocante a aparência fisica do povo desta cidade, mas foi só a condição de mestiço (the mongrel aspect of the population) o que impressionou a certo visitante americano, referido por Gilberto Freyre. No entanto, fosse esse visitante illustre um observador mais atilado e nem só a mestiçagem de nossa gente lhe teria ferido a atenção; ao lado dessa mestiçagem não pode ninguém escapar a tristeza, o físico definhado, o maclento do povo brasileiro. Não se pense ser essa uma particularidade do carioca, nem um moderno sintoma de seu pauperismo pois já na primeira década deste século o Prof. Prager Frós, dando conta de observações feitas na zona rural da cidade de S. Salvador, fê-lo comparando os seus habitantes aos fatigados bois do Piauí, o que não deixou de causar espécie nos melos médicos bahianos e mesmo azéda polémica. No entanto, ainda agora, é essa a imagem que sempre nos acode quando observamos a grande massa popular que, de tarde, após a labuta nas fábricas ou nos escritórios, procura os trens da Central ou da Leopoldina, para recolher-se aos lonquinos e infectos tugúrios que são as faivelas onde moram.

Em recente conferência, pronunciada na capital paulista, o Dr. Silva Melo afirmou que "no Rio e especialmente em Niterói, é francamente chocante a proporção dos sub-nutridos" e que "o estado de desnutrição da nossa gente assume proporção alarmante nas zonas rurais." "o que constitui mais um precioso testemunho no sentido da confirmação da tese já por tantos sustentada de ser o povo brasileiro um eterno subalimentado. "Nos nossos ambulatórios", é ainda o mesmo médico quem afirma, "tenho constatado que noventa por cento dos doentes representam casos de desnutrição bastante acentuada. Naturalmente há muitos e muitos milhares de brasileiros nessas condições de precariedade física". Há, porém, outro aspecto gra-

ve e denunciador da miséria em que se está debatendo as classes trabalhadoras, o qual, por constituir um grande atentado aos nossos foros de país civilizado, tem já despertado a atenção dos centros científicos; referim-nos aos menores abandonados. O desembargador Vicente Piragibe, tratando do assunto, fê-lo nos seguintes termos: "ou salvamos a criança de hoje ou perderemos o Brasil de amanhã. Para desde logo compreender a grande verdade enfeixada nestas palavras, bastará demorar, por um instante, a atenção nestes algarismos profundamente impressionantes; aqui, na nossa capital, segundo afirmação autorizada do Juízo competente, existem, carecendo de assistência, nada menos de 250.000 de menores". Isto quer dizer que toda essa numerosa população infantil vive abandonada nesta cidade; abandonada dos pais que certamente não tem os recursos para sustentá-la e educá-la; abandonada dos poderes públicos que não despertaram ainda sua atenção para a magnitude do problema, para o perigo que essa massa, que por aí vem rolando, das alfujas para as trapelias, das trapelias para os monturos, da fome para o vício, do vício para o crime e do crime para o cárcere ou para o manicomio" representa para o futuro mesmo do nosso país.

Some-se a essa população infantil abandonada e perdida, como fatores de grandeza, o número espantoso dos que morrem ainda na primeira infância em virtude dos desregramentos alimentares, da falta de higiene, da miséria em que vivem os pais, e teremos o montante assombroso da perda que o Brasil tem, anualmente, do mais precioso capital necessário para o seu desenvolvimento. Tudo isso ocorre porque, incontestavelmente, existe um grande fôssco, uma enorme disparidade entre os salários atuais e o custo real da vida.

Sob outras modalidades manifesta-se ainda a miséria em que vivem mergulhados as camadas populares desta cidade, as quais moram em casas de cômodos, nas antigas residências senhoriais de Botafogo ou Laranjeiras, transformadas em habitações coletivas, em cortiços em verdadeiras "cabeças de porco", nas piores condições possíveis, não sendo raro o constatação de morarem dez pessoas, na mais absoluta promiscuidade num mesmo quarto.

bitação, realizado há tempos pela Ação Social Católica, com o auxílio de outras instituições, verificou-se o seguinte: Há no morro de Santos Rodrigues, abrangendo S. Carlos, Itapirú e Querezeno, 5.072 famílias que ocupam 2.000 barracões de 4 metros por 5. Vivem aí 14.000 pessoas sem água, sem esgotos, etc. Da Saúde á Favela, casarões velhos, divididos para 10 a 40 famílias. Teto para 100 onde há veria lugar apenas para 10. Aí homens, mulheres e crianças, á noite, se estendem pelo chão em esteiras... Morro Santo Cristo, com 30.000 pessoas com o mesmo "elevado" padrão de existência: 10 pessoas em um mesmo quarto... Alugueis caros, ausência absoluta de higiene, vida em promiscuidade. E este espetáculo é visto mesmo nas parquias ricas: Tijuca, Copacabana, Botafogo, Gloria. A mesma falta de conforto. Uma existência, avenidas, habitações coletivas e nos morros."

Ainda uma vez insistimos na afirmação de que não pode surpreender, a quem se detenha no exame do assunto, que o Rio de Janeiro seja uma das cidades do mundo onde o índice de mortalidade infantil é dos mais elevados deste diretamente ligado ao baixo nível de cultura do nosso povo, mas ligado sobretudo á sua miserável condição de existência. Em cada mil crianças que nascem no Rio de Janeiro, morrem 162; nossa metrópole disputa com Costa Rica, Santa Fé, Tóquio e Varsóvia o primeiro lugar nesses sinistro páreo. Só em Hong-Kong, Cantão, México, Calcutá, Lá Paz, Bogotá e Kobe, onde morrem, respectivamente, em cada mil crianças que nascem 665, 395, 295, 229, 216 e 195. A mortalidade infantil é superior á do Rio de Janeiro.

Urge assim que se procure uma maneira de melhorar as condições de vida de nosso povo, fazendo destarte desaparecer essa diferença entre salários e custo de vida; é imperioso que se busque uma saída para o impasse em que se encontra o brasileiro. Tem sido ultimamente ventilada em associações técnicas, em congressos sindicais, em todos os meios intelectuais, em suma, uma tese que, julgada embora pelos teóricos do socialismo científico como reformista e mesmo reacionária, poderá, se criteriosamente fiscalizada, sua execução pelos próprios trabalhadores organizados, constituir uma solução para o grande problema da melhoria do nível de

vida das massas operárias. Referimo-nos á participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Não vamos debater aqui a justiça ou não do ponto de vista dos que se opõem á participação nos lucros fundamentados nos princípios da ortodoxia marxista, pois nos limites desta seção cuidamos somente das questões económicas. Em face, porém, da gravidade da situação que enfrentamos, em face do fato concreto de que os aumentos dos salários não tem conseguido melhorar as condições de existência das massas trabalhadoras, sentimos ser um dever tomar posição numa campanha que visa, sobretudo, melhorar, elevar o standard de vida do povo. Esse o motivo por que não duvidamos em proclamar nossa adesão á palavra de ordem da participação nos lucros nos termos em que tem sido posta pelas colunas deste jornal.

Estamos convencidos de que a participação nos lucros, além de encerrar uma finalidade política de enorme importância, qual seja a de preparar, a de educar as massas trabalhadoras para o exercicio das funções a que serão chamadas no regime socialista, pode realmente pôr um paradedeiro á corrida que se vem processando entre o aumento dos salários e a elevação paralela do custo de vida. Do momento que se houver proporcionado aos trabalhadores uma participação nos lucros líquidos das empresas em que trabalham, deixará de haver para eles, até certo ponto, o angustiioso problema da alimentação quotidiana.

Não se deve temer que a participação nos lucros seja a palavra mágica, que manobrada pelos magnatas da industria, sirva para amortecer o espirito de luta, o sentimento de classe que é dominante nas massas espoliadas. O conflito entre as classes não sofrerá solução de continuidade enquanto não for operada a transformação da sociedade, enquanto não se verificar a supressão da propriedade privada dos meios de produção, pois como há mais de um século afirmava Tocqueville "a propriedade privada dos meios de produção constitui o principal obstáculo para que se estabeleça a igualdade entre os homens". Até lá a luta prosseguirá visando "modificar o comportamento dos homens em termos de universidade, planejando-se a construção do mundo sob moldes mais nobres".

PIRAJA

O regime de Tito visto por dentro

Um revolucionário que vive na vizinhança de Trieste fez uma narração sobre o regime de Tito, recentemente publicada no jornal *International News*, dos Estados Unidos, que contém certas observações muito interessantes. Daí abaixo alguns trechos desse relato.

"Nesta cidade tem-se medo de qualquer forma de comunismo — a população passou 45 dias sob os comunistas iugoslavos, que foram 45 dias de medo e atrocidades... Els alguns fatos testemunhados por suditos do próprio Tito: "13.000 Chetniks foram assassinados em poucas semanas, muito deles a faca. Os métodos do governo de Tito são com vezes peores que os de Mussolini, Hitler e Pavelic; ninguém ousa dizer o que pensa." "Se o mundo quiser uma paz duradoura, precisa livrar-se de Tito." "Alguns dos rapazes ficaram com as mãos atadas com arame durante quinze dias. Tinha de comer de mãos atadas. Um dia os partidários de Tito se cansaram

do espetáculo e os mataram a baioneta."

"O governo de Tito não permite greves. No começo deste ano os operários da fábrica Arrigo declararam-se em greve por não terem recebido a bonificação de natal a que tinham direito. A fábrica foi imediatamente cercada pela OZNA (a Gestapo iugoslava), que forçou os operários a voltarem ao trabalho, sob ameaça de metralhadoras. Uns quarenta operários foram sumariamente despedidos..."

"Tendo-se declarado uma greve geral em Capodistria em 30 de outubro do ano passado, o regime de Tito ameaçou executar todo o comitê de greve como "reacionários", liquidando assim a greve. No dia seguinte, o governo incitou os camponeses das imediações a marcharem para aquela cidade para punir os "fascistas", e muitos cidadãos foram agredidos e espancados, alguns até morrerem. Entre estes, achava-se um conhecido anti-fascista italiano..."

"Não somos utopistas. Nunca "sonhamos" poder dispensar bruscamente, de um dia para o outro, toda e qualquer administração, toda e qualquer subordinação; isso são sonhos anarquistas resultantes da incompreensão do papel da ditadura proletária, sonhos que nada tem de comum com o marxismo e que na realidade não servem senão para adiar a revolução socialista até que os homens venham a ser de outra essência. Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje; não podemos dispensar nem a subordinação, nem o contróle, nem os "contramestres", nem os "guarda-livros".

(Lenine — "O Estado e a revolução", pags. 68/69 — Ed. GUAIARA).

DOCUMENTOS DO MARXISMO

Decomposição ou conquista do Estado
A Comuna de 1871

(De "O Estado e a Revolução Socialista")

J. MARTOV

Marx, quando analisou a Comuna em seus escritos, não podia apresentar apenas suas opiniões sobre a ditadura do proletariado. O movimento tinha muitos inimigos. A primeira coisa a fazer era defender a Comuna contra a calúnia de seus inimigos. Era natural que esta circunstância influísse sobre a maneira de Marx abordar as palavras de ordem e as idéias do movimento que determinou os acontecimentos de março de 1871.

Por ser a expressão de feroz luta de classes, a explosão revolucionária que levou o povo armado a capturar Paris em 18 de março de 1871 também provocou um conflito entre a população democrático-republicana da grande cidade e a população conservadora das províncias, principalmente a dos departamentos rurais.

Nas duas décadas precedentes, os camponeses "atrasados" da França tinham ajudado a sufocar o Paris revolucionário e republicano, com o apoio que davam ao extremo centralismo burocrático do Segundo Império. Como consequência disso, a revolta da democracia parisiense contra os representantes nacionais reunidos em Versalhes apresentou-se a princípio como uma luta pela autonomia municipal (1).

Esta circunstância conquistou para a Comuna a simpatia de muitos radicais burgueses, que eram partidários da descentralização administrativa e de ampla autonomia local. Durante algum tempo, este aspecto da Comuna de Paris de 1871 ocultou a verdadeira natureza e o significado histórico do movimento até mesmo aos seus participantes mais destacados.

No seu livro de recordações da Internacional, o anarquista Guillaume conta como imediatamente depois de estourar a revolta a Federação do Jura enviou a Paris o seu delegado Jacquault, a fim de indagar qual seria o melhor modo de auxiliar o levante, que os Federados do Jura consideravam o começo de uma revolução social universal. Foi grande a surpresa dos homens do Jura quando seu delegado voltou com o relatório da incompreensão total demonstrada por E. Varlin, o mais influente dos militantes de "esquerda" entre os Internacionalistas Franceses. Segundo Varlin, ao que parece, o levante só tinha um objetivo local — a conquista das liberdades municipais para Paris. Segundo Varlin, a conquista dessas liberdades não deveria ter nenhuma repercussão social e revolucionária no resto da Europa. (L'Internationale, Souvenirs, vol. II, pág. 133).

Subentende-se que isto só podia ter sido dito nos primeiros dias da Comuna. Bem cedo o alcance histórico de sua revolução se tornou visível ao proletariado parisiense. Ainda assim, é verdade que a Comuna nunca se libertou completamente das concepções burguesas que lhe queriam restringir os objetivos a meras questões de autonomia municipal.

E' esta falta de clareza ideológica por parte dos homens da Comuna que Marx mais tarde atacou em uma carta a Kugelmann. Nessa carta, Max cita uma demonstração organizada contra ele pelos refugiados da Comuna em Londres, e aproveita a ocasião para relembrar que foi ele, entretanto, que "salvou a honra" da revolução de 1871. Marx "salvou a honra" da Comuna porque revelou o seu significado histórico, significando esse de que os próprios comunardos não tinham consciência.

Mas a Comuna sofreu a influência de outras ideologias além da do radicalismo burguês. Também levava a marca do proudhonismo anárquico e do blanquismo hebertista, — as duas tendências que se fundiram no movimento operário francês geral. Os representantes dessas correntes procuravam na Comuna de Paris sentido diametralmente oposto ao que a burguesia democrática lhe queria imprimir. A aparente identidade entre os pontos de vista social-revolucionário e burguês-radical era devida ao fato de que ambos se colocaram contra as tendências burocráticas e centralizadoras do aparelho estatal herdadas do Segundo Império.

Durante os anos que precederam a Comuna, os blanquistas franceses conseguiram estabelecer alguns contactos com os trabalhadores de seu país. Em parte, superaram o jacobinismo burguês sob cuja influência (ao lado da influência da escola de Babeuf) eles cresceram. Sem contudo deixar de tirar da herança da revolução do século dezoito a sua inspiração política, os representantes mais ativos do blanquismo tornaram-se mais circunspectos em relação às formas jacobinas da democracia e à ditadura revolucionária. Procuraram encontrar para o movimento proletário de seu tempo uma base ideológica na tradição revolucionária dos "hebertistas", a extrema esquerda dos sans-culottes da Revolução Francesa.

Em 1793-1794, Hebert e seus partidários encontravam apoio entre os verdadeiros sans-culottes dos subúrbios de Paris, cujas vagas esperanças sociais e revolucionárias eles tentavam interpretar. Graças a este apoio, os hebertistas procuraram fazer da Comuna de Paris um instrumento com o qual pudessem exercer pressão sobre o governo central. Com o auxílio direto do populacho armado, os hebertistas queriam transformar a Comuna de Paris de 1794 em um centro munido de plenos poderes revolucionários. E enquanto Robespierre não a reduziu a um aparelho administrativo subalterno (o que ele conseguiu quando esmagou os hebertistas e mandou para a guilhotina os seus chefes), a Comuna de 1794 representou efetivamente os elementos revolucionários ativos entre os sans-culottes parisienses, que a tinham escolhido. Até então, ela incarnava o desejo instintivo das massas pobres da cidade de imporem a sua ditadura sobre a França rural e provincial, com suas concepções políticas retrogradadas. (2)

A Comuna, como instrumento da vontade revolucionária e da ação direta revolucionária das massas destituídas de propriedade, em contraste ao estado democrático, tornou-se o ideal político dos jovens blanquistas nos últimos anos do Segundo Império. (3)

No decorrer da Revolução de 18 de março, outra tendência política, a dos anarco-proudhonistas, tornou-se visível. Corria paralelamente à corrente hebertista, por vezes misturando-se com esta.

Ambas essas tendências viam na "comuna" um fermento revolucionário. Mas para os proudhonistas, a comuna não se apresentava como uma organização política e especificamente revolucionária que, lançando-se contra um estado igualmente político e mais ou menos democrático, deveria alcançar a submissão efetiva deste por meio da ditadura de Paris sobre a França. Eles se opunham a qualquer forma de estado como um agrupamento "artificial" — isto é, político — estabelecido na base da subordinação dos cidadãos a um aparelho, ainda que sob a capa enganadora de representação popular. A "comuna" com que sonhavam era a organização social "natural" dos produtores.

Segundo seu ponto de vista, a comuna não deveria apenas erguer-se acima do estado, ou submeter este à sua ditadura. Deveria também separar-se do estado, e convidar todas as 36.000 comunas (cidades e aldeias) da França a fazerem o mesmo, provocando assim a decomposição do estado e substituindo-o por uma federação livre de comunas.

"Que quer Paris?" — perguntava La Commune a 19 de abril, respondendo assim à sua própria pergunta:

"A extensão da autonomia absoluta da Comuna a todas as localidades da França, assegurando a cada um os seus direitos, e a todos os franceses o completo exercício de suas faculdades e aptidões como seres humanos, cidadãos e trabalhadores."

"A autonomia da Comuna se limitará ao direito de autonomia igual de todas as comunas que aderirem ao pacto. Uma tal associação assegurará a unidade da França."

Decorria logicamente desta posição um programa federalista de espírito proudhoniano e bakunista, que reconhecia um

pacto voluntário e elástico como o único elo entre as comunas e suprimia o mecanismo complicado de uma administração geral do Estado. Os comunardos gostavam de ser chamados "federalistas".

"A 18 de março", escreveu o bakunista Arthur Arnould, membro da Comuna (Historia Popular da Comuna, pág. 243), "o povo declarou que era necessário fugir ao círculo vicioso, que era preciso destruir o mal pela raiz e que a culpa a fazer não era simplesmente mudar de senhores, mas não ter mais senhores. Em um milagroso reconhecimento da verdade, procurando alcançar o alvo por todos os caminhos que a ele conduzem, o povo proclamou a autonomia da Comuna e uma federação de comunas."

"... Pela primeira vez, vamos interpretar as verdadeiras regras, as leis justas e normais, que asseguram a verdadeira independência do indivíduo e do grupo comunal ou corporativo, e vamos estabelecer eles entre os diversos agrupamentos homogêneos, a fim de que pudessem gozar ao mesmo tempo da união, que faz a força... e da autonomia, que é indispensável ao... desenvolvimento infinito de todas as capacidades e qualidades originais da produção e do progresso."

Esse federalismo comunal era para os anarco-proudhonistas a organização em que a relação econômica dos produtores encontraria expressão direta.

"Cada agrupamento autônomo", continua Arnould, "comunal ou corporativo, conforme as circunstâncias, terá de resolver, dentro de seus próprios quadros, a questão social, isto é, o problema da propriedade, as relações entre capital e trabalho, etc."

Note-se a restrição: "comunal ou corporativo, conforme as circunstâncias." O ponto de vista dos federalistas da Comuna se aproxima bastante da posição que levou Morrisson e Smith, em 1833, à sua fórmula de "Camara Corporativa" que, no começo do século vinte, deu origem à doutrina de George Sorel, Edmond Berth, Di Leone e outros, sobre a substituição das divisões "artificiais" existentes no estado moderno por uma federação de células corporativas (profissionais) "naturais" e que, em 1917-1919, criou a concepção do "sistema soviético".

"Os grupos comunais", comenta Arnould mais adiante, "correspondem à organização política antiga. O grupo corporativo corresponde à organização social." (O grifo é nosso). Assim, a organização comunal devia servir de transição entre o estado e a federação "corporativa".

Esta oposição de uma organização "política" a uma organização "social" pressupõe que a "destruição do mecanismo estatal" pelo proletariado restabeleceria imediatamente entre os produtores relações "naturais", que se supõe só encontrarem expressão fora das normas e instituições políticas. Esta oposição estava latente em todas as tendências social-revolucionárias em voga entre os comunardos.

"Tudo aquilo por que se batem os socialistas, e que não poderão conseguir com um forte poder centralizado, por mais democrático, sem convulsões formidáveis, sem uma luta destruidora, cruel e dolorosa — eles o conseguirão de modo ordeiro, com certeza e sem violência, por meio do simples desenvolvimento do princípio comunal de livre agrupamento e federação."

"A solução desses problemas só pode pertencer aos grupos produtores e corporativos, unidos por laços federativos, e por conseguinte livres de cadeias governamentais e administrativas — em outras palavras, cadeias políticas (o grifo é nosso), que até agora têm mantido, pela opressão, o antagonismo entre o capital e o trabalho, e a sujeição deste àquele." (Ibidem, pág. 250 da edição russa.)

Era assim que os elementos mais adiantados da Comuna — os combatentes mais próximos do movimento social-revolucionário de classe do proletariado francês daquele tempo — concebiam a essência e o escopo da Comuna de 1871.

Charles Seignobos está evidentemente errado quando declara (em sua nota sobre a Comuna, que se encontra na História do Século Vinte por Lavisse e Rambaud) que os revolucionários renunciaram ao seu objetivo inicial — a tomada do poder na França — e aderiram à causa da Comuna autônoma de Paris porque se viram isolados do resto da França e tiveram de passar à defensiva. Esta última circunstância apenas contribuiu para o triunfo das idéias anarco-federalistas no decurso da Comuna. Se, no programa dos Comunardos, a concepção hebertista da Comuna como o ditador da França perdeu o terreno para a idéia proudhoniana de uma federação apolítica, isto se deve ao fato do caráter de classe da luta entre Paris e Versalhes ter vindo à tona. Naquele tempo, a consciência de classe dos proletários das pequenas indústrias de Paris girava inteiramente em torno da oposição ideológica de uma união "natural" de produtores dentro da sociedade à unificação "artificial" dos produtores dentro do Estado. Já vimos como, no começo, Varlin apresentou a Comuna como um movimento de puro radicalismo democrático. Na sua proclamação de 23 de março de 1871, a seção parisiense da Internacional declarou que:

"A independência da Comuna é a garantia de um contrato cujas cláusulas livremente debatidas eliminarão os antagonismos de classe e assegurarão a igualdade social." Isto significa o seguinte: que depois do colapso do Estado e da coação por ele exercida, torna-se possível criar um elo social simples, "natural", entre os membros da sociedade — um elo baseado na sua interdependência econômica. E é precisamente a comuna que está destinada a ser o molde dentro do qual este elo se constituirá.

"Exigimos a emancipação dos trabalhadores", continua a proclamação, "e a delegação comunal é a garantia desta emancipação, visto que dará a todos os cidadãos os meios de defenderem os seus direitos, de controlarem efetivamente os atos de seus deputados a cargo da administração de seus interesses, e de determinarem a aplicação progressiva de reformas sociais."

Vê-se facilmente que a idéia anarquista de comuna de trabalho — isto é, uma união de produtores, em contraste com uma união de cidadãos dentro do estado — é discretamente substituída na proclamação pela idéia de uma comuna política, o protótipo do estado moderno, o estado microcosmico, dentro do qual a representação dos interesses e a satisfação das necessidades sociais passam a ser funções especializadas, tal como (embora por certo de maneira mais rudimentar) no complicado maquinismo do estado moderno. P. Lavrov compreendeu muito bem este ponto. Assim é que observa em seu livro sobre a Comuna (P. Lavrov: A Comuna de Paris, pág. 130 da edição russa):

"No decorrer do século dezoito, a unidade dos interesses comunais desapareceu inteiramente em face da luta de classes intensificada. Como entidade moral, a comuna absolutamente não existia (grifo de Lavrov). Em cada comuna (município) os campos irreduzíveis do proletariado e da grande burguesia se defrontavam, numa luta que a presença de muitos grupos da pequena burguesia vinha complicar ainda mais. Momentanea-

mente, Paris se viu unido por uma emoção comum: irritação contra as Assembléias de Bordéus e de Versalhes. Mas uma emoção passageira não pode ser a base de um regime político". Acrescenta (à p. 167): "A verdadeira base autônoma do regime, a que a revolução social tem de conduzir, não é a comuna política, que admite a desigualdade, a promiscuidade de trabalhadores e parasitas, etc. E' antes formada por um agrupamento solidariamente responsável de trabalhadores de toda sorte, em torno do programa da revolução social" (o grifo é nosso).

mente, Paris se viu unido por uma emoção comum: irritação contra as Assembléias de Bordéus e de Versalhes. Mas uma emoção passageira não pode ser a base de um regime político". Acrescenta (à p. 167):

"A verdadeira base autônoma do regime, a que a revolução social tem de conduzir, não é a comuna política, que admite a desigualdade, a promiscuidade de trabalhadores e parasitas, etc. E' antes formada por um agrupamento solidariamente responsável de trabalhadores de toda sorte, em torno do programa da revolução social" (o grifo é nosso).

P. Lavrov fala claramente em "confusão de duas noções: 1. a comuna política autônoma (município), ideal da Idade Média, pela qual a burguesia nas primeiras fases de sua história conduziu uma luta em que se consolidou e reforçou; e 2. a comuna autônoma do proletariado, que tem de surgir depois da vitória econômica do proletariado sobre seus inimigos, e depois da criação, dentro da comunidade, de uma solidariedade social inconcebível sob a exploração econômica do trabalho pelo capital e, por conseguinte, inconcebível em uma sociedade onde o ódio de classe é inevitável. Quando analisamos as reivindicações de autonomia comunal, tal como eram geralmente formuladas no decorrer da luta em questão, vem à baila a pergunta: que relação poderiam os socialistas da Comuna de Paris encontrar entre o problema fundamental do socialismo — a luta do trabalho contra o capital — e a palavra de ordem de "comuna livre" que inscreveram em sua bandeira?"

E' o seguinte o paradoxo apontado por Lavrov:

A própria possibilidade do processo de transformação da ordem capitalista em ordem socialista está subordinada à existência de uma forma social cujo molde, parece-nos, só pode ser fornecido por uma economia socialista mais ou menos desenvolvida. Esta confusão é típica dos anarquistas. Se é óbvio que a destruição da base da economia privada, a transformação de toda a economia natural em economia socialista, eliminará a necessidade de uma organização acima do produtor, constituindo o Estado — os anarquistas deduzem daí que "a destruição do estado", sua "decomposição" em células, em "comunais", é uma condição preliminar para a própria transformação social. Na ideologia dos Comunardos, havia uma justaposição de noções proudhonianas, hebertistas e burguesas-autonomistas. Assim, nas suas discussões, passavam com a maior facilidade da "comuna" política — unidade territorial criada pela evolução anterior da sociedade burguesa — à comuna "corporativa" — associação livre de trabalhadores, que podemos imaginar venha a ser o grupo social depois de alcançada a ordem socialista, quando o esforço coletivo de uma ou duas gerações tiver tornado possível "a atrofia progressiva do Estado", segundo a previsão de Engels. (4)

Interessante exposição feita por Donoyer, uma das testemunhas que apareceram perante a comissão de inquerito nomeada pela Assembleia Nacional de Versalhes depois da queda da Comuna (citada por Lavrov em sua Comuna de Paris, pág. 166), sugere a seguinte conclusão:

As idéias "comunais", tal como as conceberam os trabalhadores, simplesmente representavam uma tentativa de transplantar para a estrutura da sociedade as formas de sua própria organização de combate.

"Em 1871, o agrupamento dos trabalhadores dentro da Internacional, por seções e federações, foi um dos elementos que contribuíram para a difusão da idéia de comuna na França". A Internacional "possuía uma organização já feita, em que a palavra "Comuna" correspondia a "Seção" e a federação das comunas não era outra coisa senão a federação de seções."

Compare-se essa declaração com as citações que fizemos no capítulo anterior, dos escritos de sindicalistas ingleses de 1830, cujos programas propugnavam a substituição do estado parlamentar burguês por uma "Federação Corporativa". E relembramos as teses análogas dos sindicalistas franceses no século vinte. E não nos esqueçamos de que no nosso tempo o proletariado aceita a "idéia dos soviets" depois de os conhecer como organizações de combate formadas no processo da luta de classes, em um período "revolucionário" agudo.

Em todas as teses da "comuna", encontramos um ponto que volta sempre. E' o do desprezo pelo "estado" como instrumento da transformação revolucionária da sociedade no sentido do socialismo. Por outro lado, o marxismo, como se desenvolveu a partir de 1848, caracteriza-se especialmente pelo seguinte:

De acordo com a tradição de Babeuf e Blanqui, o marxismo reconhece o estado (naturalmente depois de sua conquista pelo proletariado) como a principal alavanca dessa transformação. E' por isso que já nos anos de 60 os anarquistas e proudhonianos atacavam Marx e Engels como "defensores do estado".

Qual foi, pois, a atitude de Marx e Engels em relação à experiência da Comuna de Paris, quando o proletariado tentou pela primeira vez instaurar uma "ditadura" socialista?

Notas:

(1) — "O 18 de março apresentou-se sob o aspecto de uma rebelião de Paris contra a opressão provincial", escreve Paul Louis, o historiador do socialismo francês. Histoire du socialismo francês, segunda edição, p. 308.

(2) — E' a Comuna de Paris de Hebert e a de Lyon que se deve a iniciativa de atos extremos de terror político (as execuções de setembro, a expulsão dos Girondinos da Convenção) e as medidas de "comunismo de consumo" com as quais as cidades, privadas de recursos, tentaram forçar a pequena burguesia das aldeias e das províncias vizinhas a lhes fornecerem alimentos. Foi nas Comunas de Paris e de Lyon que começaram as expedições do "exercício de aprovisionamento". Organizaram-se "comitês de pobres" com o objetivo de se apropriarem de cereais dos "kulaks" daquele tempo, que no jargão da época se chamavam "aristocratas". As duas Comunas da Revolução Francesa impuseram contribuições aos burgueses e "encheram-se" dos estoques de artigos produzidos pela indústria durante os anos anteriores (especialmente em Lyon). Dessas organizações emanavam as requisições de casas, as tentativas de alojar pela força os pobres em casas consideradas grandes demais para seus ocupantes, e outras medidas igualitárias. Na sua caçada às analogias históricas, Lenine, Trotsky e Radek teriam mostrado maior conhecimento do passado se traçassem a genealogia dos soviets, não à Comuna de 1871 mas à Comuna de Paris de 1793-94, que foi um centro de energia e poder revolucionários muito semelhante à instituição russa.

(3) — Em sua carta a Marx de 6 de julho de 1869 (Correspondência, vol. IV, p. 175), Engels menciona o panfleto de Tridon, Les Hebertistes, em que o autor apresenta os argumentos daquela ala do blanquismo:

"E' ridículo supor-se que a ditadura de Paris sobre a França — o escolho contra o qual se esbarçou a primeira revolução — possa ser simplesmente reproduzida e ter sorte diferente."

(4) — Encontramos hoje (1918-1919) entre os bolcheviques na Rússia, e na Europa ocidental, a mesma confusão, com a sua "forma política" específica que se supõe que vá realizar a emancipação social do proletariado. Também para essa gente, diz-se que a questão é a de substituir a organização territorial do estado por sindicatos de produtores. Com efeito, a princípio se afirmou que era esta a essência da república soviética. Ao mesmo tempo, essa substituição se nos apresenta, 1) como o resultado natural do funcionamento de um regime socialista acabado, e 2) como a condição preliminar necessária à realização da própria revolução social. A confusão transborda de todos os limites quando se tenta remediar-la recorrendo à noção nova de "Estado soviético". Este, ao que se diz, deveria encarnar a violência organizada do proletariado e, nesta qualidade, preparar o terreno para o "deprecimento" de todas as formas de estado. Mas, ao mesmo tempo, pretende ser, em princípio, contrário ao estado em si. Os comunardos de Paris raciocinavam do mesmo modo. Davam-se ao luxo de imaginar que o Estado-Comuna de 1871 era uma coisa cujo princípio mesmo era o contrário de qualquer forma de Estado, enquanto que na verdade ele representava um estado democrático moderno, que funcionava à maneira do cantão suíço.

Vanguardas, partido e socialismo

(Continuação da 1.ª pag.)

Eles não visam nunca, ou não visaram a chegada ao poder por sua própria conta ou por seu próprio esforço, e por isso nunca saíram desse hábito da coligação, da aliança, seja à direita ou à esquerda, para esse ou aquele objetivo. Não se tornaram por isso maduros bastante ou responsáveis bastante para a missão histórica de portadores do socialismo. Falta a eles todos, por assim dizer, o lastro proletário que lhes dá a solidez de calado, inclusive o peso social advindo de sua identificação ou integração no próprio organismo da classe operária, para navegar solidamente no mar agitado da luta de classe.

Na maioria dos países latinos ou menos industrializados, essas formações políticas predominaram. Até mesmo na América latina, vemos partidos dessa ordem, como o Partido Socialista argentino, que acaba de completar cinquenta anos de existência. Nunca conseguiram transformar-se no partido da classe trabalhadora, e se sentem incapazes de transformar as idéias em realidade.

O centrismo por isso mesmo se caracteriza pela flutuação das idéias num mínimo de ação. O bolchevismo tem as virtudes opostas. As virtudes e os defeitos. Tem das vanguardas o traço propagandístico e a vida das idéias. (É preciso distinguir: se o bolchevismo leninista levava a precisão e a luta pelas idéias, pelos "princípios",

até quase a cortar cabelos em quatro, o bolchevismo staliniano degenerado matou a vida ideológica intensa do seu modelo, transformando as idéias em dogmas e vivendo antes de uma ideologia do que de princípios).

Mas o que o centrismo não foi capaz de fazer, o supremo praticismo bolchevique o fez: transforma tudo em ação. O partido único chega mesmo a erigir a ação como suprema virtude, aliando a esse ativismo uma total indiferença pelas idéias.

As vanguardas ideológicas classificadas no centrismo são precisamente caracterizadas como centristas porque não são dominadas por nenhum complexo de messianismo. Quer dizer, nenhuma delas se sente como a única organização ou vanguarda destinada a levar as massas ao socialismo, com exclusão de qualquer outro grupo ou partido. Elas se sentem, pois, preparadas a fundirem-se ou a se moldarem num grande organismo que abranja toda a classe trabalhadora quando as condições gerais criam essa possibilidade.

O partido bolchevique, ao contrário, desde o primeiro dia de sua existência, sente-se predestinado a ser o realizador do socialismo, e nesta qualidade é

visceralmente hostil à existência de qualquer outra organização que possa interpor-se ao seu caminho para as massas. Esse partido pode fazer frente única ou fundir-se com quantas organizações surgirem em frente dele pretendendo também realizar o socialismo, mas tudo isso visa apenas absorver essas organizações, extrair delas o que há de "melhor" e liquidá-las como rivais, destruindo ou atacando as que resistem aos seus desígnios. Ele está imbuido da verdade suprema que só ele, só a sua vitória, só a sua conquista do poder pode "conduzir" as massas ao socialismo. Seu dever é, pois, destruir qualquer impedição, qualquer estorvo que surja diante dele.

Mas se o bolchevismo na Rússia, sua pátria de origem, nasceu como uma organização puramente política, de luta, para derrubar revolucionariamente o czarismo absolutista, ele era ali, assim, apenas a vanguarda da revolução anti-feudal e democrática. Era uma elite por isso mesmo: o Estado maior. Com efeito, organizava conspirativamente, na ilegalidade, a queda do absolutismo.

Por isso mesmo, Lenine teve que combater então a tendência chamada de "economismo", que queria antes de tudo organizar "a luta da classe operária", isto é, defender os interesses do proletariado industrial contra o patrão capitalista. Era evidente que os adeptos dessa tendência identificavam a situação econômica e social da Rússia absolutista e pre-capitalista de então com os regimes constitucionais dos países industrializados da Europa. Na velha Rússia feudal, o fator político era o decisivo, isto é: a conquista das liberdades políticas, que só poderia vir com a derrubada do czarismo.

A luta organizada da classe operária, a organização de seus sindicatos e seus interesses contra a classe burguesa inimiga teria que vir em uma outra fase. Na Europa, porém, na Alemanha, o inverso é que era verdade. O fator decisivo era a organização do proletariado como classe revolucionária, portadora do socialismo.

O bolchevismo leninista deveria portanto dissolver-se na organização do proletariado em todos os seus aspectos, não só sociais-econômicos como políticos, isto é, devia dissolver-se no grande partido da classe, deixando de ser uma vanguarda separada e acima do povo trabalhador, e vir liquidado o absolutismo czarista.

Foi a derrota do proletariado alemão em 18; foi a ausência da revolução proletária que não vingou na Europa que safu da Primeira Guerra Mundial; foi a divisão do proletariado internacional em duas frações políticas — a comunista e a social-democrata —, foi tudo isso que levou

Lenine a exportar a sua concepção minoritária e "aristocrática" de partido para o ocidente.

Desde então, o proletariado em nenhum país europeu conseguiu jamais chegar a esse estado de maturidade e de consciência suprema em que todas as suas organizações em todos os campos da atividade se unam, se fundam numa trama única como o partido político que representa em si a própria classe operária no seu supremo estágio de organização.

Na Alemanha, o resultado foi a tragédia, primeiro do seu proletariado subjugado a Hitler, e depois o desaparecimento da grande nação como país independente. Ainda hoje, nos países em que o stalinismo, isto é, o bolchevismo degenerado de nossos dias, chegou a ser um grande partido, como na França, ele não pôde chegar a ser senão no máximo um partido "de massa", mas nunca o partido-organização. Mas partido de massa não é a mesma coisa que partido-classe, porque a concepção de vanguarda que o anima, não permite jamais que o nível cultural insuficiente da massa seja elevado a ponto de alcançar o nível da vanguarda, pois neste caso esta desapareceria.

O bolchevismo "de massa" de nossos dias faz o contrário: transforma a classe em "massa", isto é, em instrumento de de sua ação e de seus fins próprios. A classe regride ao estado de massa, e a massa jamais sobe ao nível de vanguarda. A classe é sistematicamente deseducada, não só pelo oportunismo ideológico, pelo desprezo pelas idéias, como porque é submetida consciente e constantemente, pela técnica da propaganda totalitária, a um estado de absoluto indeferimento político e a uma condição de permanente mobilidade que a torna incapaz de pensar e de sentir-se solidária coletivamente, isto é, com consciência de classe. Ela perde confiança em si mesma, transferindo-a ao "partido".

É precisamente esta a tragédia que as massas proletárias estão vivendo hoje na França, na Itália e em outros países onde o stalinismo exerce uma influência desmoralizante e irremediável nas próprias massas, que ficam reduzidas ao cabo a um mero rebanho, sem vontade e alimentado apenas por uma vaga fé em líderes messiânicos sustentados exclusivamente pela pirotécnica da propaganda e publicidade modernas.

Um processo profundamente diferente se passou, por exemplo, na Inglaterra, onde o partido trabalhista se foi formando paulatinamente à medida que iam crescendo as organizações econômicas e sociais da própria classe, nunca se alteando muito tinerismo de seus burocratas, acima do nível político dos próprios trabalhadores.

Hoje, o trabalhismo se encontra no poder e, a pesar do roda-tímidez de vistas de seus líderes, das ligações de interesses e contactos pessoais que prendem grande parte deles aos topos da burocracia imperialista, o caminho do socialismo está aberto. A própria burguesia se vai sentindo cada vez mais impotente para arrebatar-lhe o poder, esperando antes essa dádiva de uma crise internacional, de uma crise externa do que de sua própria ação. A grande burguesia, pelos seus líderes mais eminentes, se vai sentindo dominada como por um complexo de inferioridade, sonhando com conjunturas internacionais, rivalidades externas oriundas de potências imperialistas como os Estados Unidos ou a Rússia que venham forçar os líderes trabalhistas a ceder-lhe pelo menos uma parte do poder, para que então seja entravada a realização do programa trabalhista.

Nos Estados Unidos, nenhuma organização política socialista ou de esquerda chegou a ter nem mesmo esse caráter de massa. A maioria daqueles grupos que ainda hoje ali pelejam não passam de pequenos grupos de pro-

paganda, desligados da própria classe operária. Quanto a esta, se viu até hoje no mais completo apoliticismo.

Já mostramos, porém, aqui, como os seus próprios problemas se avolumam de tal modo que para sua solução é necessário que a classe, tomando consciência de seus interesses antagonísticos aos da classe capitalista e aos do regime social dominante, ultrapasse enfim o quadro do puro economismo e entre no campo radioativo da política. O processo, aqui, terá sido assim igual ao da Rússia. Esse amadurecimento é, agora, ali de tal ordem, que é o do selo dos grandes sindicatos que saem também vozes a clamar pela necessidade da formação de um grande partido que abranja o conjunto dos interesses dos trabalhadores americanos para disputar aos partidos burgueses tradicionais o poder e a hegemonia política sobre a nação.

Na periferia, os grupos e "partidos" políticos existentes numa etapa ainda puramente propagandística sem exceção, desaperançados de chegarem por si mesmos a deitar raízes até o fundo da classe operária, põem no seu programa como objetivo imediato, não a conquista do poder ou mesmo de maiorias parlamentares, mas a criação (Cont. na última pag.)

A RUSSIA E A PAZ

(Continuação da 1.ª pag.)

burguesia e outra coisa o proletariado. O governo não quer dizer o povo trabalhador. A guerra, por si mesma, não modifica a direção na qual se desenvolveu a política de antiguerria; acelera somente o seu desenvolvimento.

Assim foi a guerra de 1914-1918 e assim foi também a guerra de 1939-1945. Ambas tiveram o mesmo caráter, não passando, no fundo, de guerras inter-imperialistas pela redistribuição do mundo e conquista de mercados. Apenas a segunda guerra imperialista foi muito mais brutal do que a primeira, e entregou o mundo, depois da destruição militar das nações do eixo, ao controle das três grandes potências: Inglaterra, Estados Unidos e Rússia. Mas tanto numa guerra como na outra, o proletariado viu-se miseravelmente lançado nos campos de combate, como carne para canhão, onde dois blocos capitalistas disputavam a hegemonia econômica do mundo por meio da mais estúpida carnificina.

Sempre é preciso um fator subjetivo para jogar as massas na guerra. O pretexto recente foi o de defender a democracia contra o fascismo e o fascismo contra a democracia. Venceu o bloco democrático. Da vitória, participou a Rússia que, no começo da guerra, esteve ligada ao bloco fascista que dividiu com ela os despojos da Polónia e da Rumania. Quando invadida pela Alemanha, a Rússia desfraldou, no mundo inteiro, a bandeira da defesa da pátria socialista. Mas que faz a pátria socialista na Conferência da Paz depois do esmagamento da Alemanha de Hitler, e que os aliados desta, mesmo durante a guerra, tomaram novos rumos, em consequência de revoluções internas que depuseram os governos fascistas? Que faz a Rússia? Levanta, por acaso, a tese de uma paz democrática sem anexações e sem indenizações, tal como Lenine levantou em 1917?

Não. É a Rússia quem defende a política de anexações e indenizações. Mas a guerra era contra o fascismo ou contra as nações onde o fascismo dominava? Era tanto contra os Hitler e os Mussolins como também contra o povo, contra as classes trabalhadoras? Onde está então o internacionalismo operário de Marx e de Lenine? Com sua política de anexações e indenizações, Stalin (que importa ele?) justifica o fascismo, pois, o coloca na posição de defender a nação e o povo contra o inimigo exterior. O povo italiano, por exemplo, desmontou o próprio o fascismo, fuzilou e expoz em praça pública o corpo do feroz ditador que o reduziu a escravidão, depois a monarquia e proclamou a república. Porque a Rússia cobra da Itália indenização de guerra? Porque exige deste povo heroico e sofrido o pagamento de cem milhões de dólares? Mas não é só a Itália que pagará indenizações à Rússia; pagará também a Rumania, a Hungria, a Bulgária, a Finlândia.

Lenine observava que as indenizações de guerra são pagas

pela mais-valia extorquida da classe trabalhadora. No fundo, serão os operários e os camponeses da Itália e das nações balcânicas e bálticas os que mais se verão sobrecarregados para pagar à Rússia soviética as indenizações de guerra.

Porque a Rússia como nação socialista, não se bate por uma paz democrática sem anexações e sem indenizações? Porque não se bate pela auto-determinação dos povos? Mesmo que as indenizações de guerra fôsem uma imposição da Inglaterra, e dos Estados Unidos (o que não é absolutamente; ao contrário: é uma imposição da Rússia), a palavra de ordem verdadeiramente socialista seria a mesma de Lenine em face do primeiro conflito mundial: "recusar-se de qualquer maneira a pagar as dívidas dos Estados".

Também em 1917, as nações aliadas intercederam junto a Lenine e a Trotsky para que a Rússia não se retirasse da guerra contra a Alemanha. Também fizeram ver as vantagens que a Rússia poderia ter por ocasião do tratado da Paz. Mas Lenine e Trotsky não ouviram a voz tentadora da sereia e recusaram terminantemente a participar numa política de saque. Esta recusa se verificou numa época em que o sucesso da revolução de 17 ainda não estava de todo assegurado. Daí, portanto, a improcedência do argumento stalinista de que tudo é permitido à Rússia desde que seja vantajosa para ela. Lenine não pensava assim e jamais subordinou os interesses do movimento operário aos interesses nacionais da Rússia.

Todavia, a Rússia está consequente consigo própria. Os interesses da Rússia já não são mais os interesses do proletariado universal. A realidade é que o operariado russo já perdeu o controle do Estado. A tentativa socialista de Lenine e de Trotsky foi completamente destruída pela contra-revolução stalinista. A revolução russa não passou de uma revolução industrial e agrária de caráter burgues. É claro que, para a nova classe capitalista russa, o razoável é a política de anexações e indenizações. Que importa a Rússia o operário e do camponês da Itália ou da Hungria? Por acaso ela não explora com a mesma avidez o proletariado e o camponado russos? Sim. De fato, a política de paz stalinista está de acordo com as relações sociais de classes que hoje em dia existem dentro da Rússia.

Não se pode, portanto, falar abstratamente na inconsequência de Stalin. A inconsequência é dos que defendem a posição stalinista julgando que, desta forma, lutam pelo socialismo. Inconsequente é quem julga que a Rússia ainda é um Estado operário, ainda que não esteja de acordo com a sua política de paz. Mas o esclarecimento geral quanto a verdadeira situação da Rússia deverá obedecer a um processo intimamente ligado à reorganização universal do movimento socialista independente que vai se impondo de dia para dia. EDMUNDO MONIZ

A GREVE DA S. P. R.

(Continuação da 1.ª pag.)

fosse verdade, provaria apenas a existência de condições objetivas que facilitaria a ação de elementos estranhos à classe operária. Mas a verdade é que a situação da existência das massas chegou a tal ponto que os movimentos se geram num espontaneísmo, de tal impulso anárquico e a todos e de tal maneira que, muitas vezes, dilui qualquer possibilidade de cálculo estratégico.

Toda a situação mostra que entramos num novo surto de greves, que se deve generalizar por todo o território do país. A ascensão dos preços aumenta cada vez o fosso existente entre estes e os salários. As massas se desiludem cada dia que passa das promessas governamentais para a estabilização dos preços e não vêem outra saída senão em suas ações para conquistar melhores salários. O novo surto de greve trará inevitavelmente uma alta de salários generalizada, que será aproveitada pelos burgueses para novas majorações nos preços. A situação assim permanecerá no círculo vicioso em que vem vivendo desde 1945. Ora, tudo isto está a indicar que os dirigentes sindicais e operários deveriam fazer um grande esforço no sentido de romper esse círculo. Evidentemente, tal saída só se poderá verificar, para que seja benéfica aos proletários, pela adoção da palavra de ordem da escala móvel de salários, paralela à de aumento e de luta contra qualquer majoração dos preços. Qualquer outra forma será prejudicial aos interesses das massas proletárias.

Sabado ultimo, resoveram os grevistas voltarem ao trabalho, aceitando as promessas da empresa, o que demonstra que foi, de fato um movimento espontaneos.

Tudo está a indicar que, se não foi freada de um lado, pela união de todas as forças proletárias em defesa do direito de greve e da autonomia sindical e, de outro, pela vigilância das organizações políticas democráticas, a policia tentará empregar os metodos mais violentos para quebrar a onde grevista, o que é exemplo a intervenção policial na parede dos tintureiros da fabrica da rua Avari, 207, que não mereceu protestos de ninguém. A esse respeito, não deixou de causar surpresa a passividade da seção paulista da Esquerda Democrática, que não tomou nenhuma medida de proteção aos grevistas da S. P. R., pelo menos até o movimento em que escrevemos este artigo. Tal passividade demonstra o divorcio ainda existente entre o movimento da E. D. e o proletariado. A UDN paulista mostrou não só ligação com as massas como também maior dinamismo.

A greve da SPR, logo após, pode-se dizer, da da Sorocabana demonstra que o novo surto, que previmos nestas columnas, está em pleno desenvolvimento. Para que deixe frutos benéficos à classe proletária, é preciso que os elementos mais esclarecidos saibam defender as classes trabalhadoras das violências policiais e, ao mesmo tempo consigam destruir a legislação contrária à greve e a autonomia sindical.

CONTRA A PENA DE MORTE

(Continuação da 1.ª pag.)

quando resolvem intervir, com inapeláveis sentenças, na harmonia de conjunto do reino animal. Organizam listinhas preliminares, exatamente como os fascistas, sem saberem se agem como discípulos ou mestres, mas certos, em todo caso, de que representam a verdade suprema na luta em prol da "liberdade" e da "igualdade" entre os homens. Não concebem revolução sem excesso de sangue, a tal ponto que muitos chegam a resumir no sangue toda a sua idéia de revolução. Os meios se transformam em fins, justificando-se por si mesmos. E é por isso que, após a insurreição armada, quando o adversário já foi militarmente vencido e existem tantos recursos para neutralizar-lhe qualquer ação ulterior, eles se mostram partidários ardorosos da pena de morte, numa inconcebível sede de sangue alheio, se bem que em geral experimentem o mais sincero horror em verter uma gota do próprio. É o caso histórico de Stalin, que nunca tendo sido bom combatente, tornou-se campeão da pena de morte, principalmente contra os antigos companheiros de jornada.

A questão da pena de morte deve ser estudada sob o ângulo da vantagem social e política na sucessão perene dos acontecimentos. Ora, o bom homem político, no mais elevado sentido revolucionário da palavra, deve certamente desejar: 1.º que as idéias representadas esporadicamente pelo adversário vencido percam para sempre a menor probabilidade de ressurgir como um ativo corpo de doutrina; e 2.º que em nenhuma hipótese a morte do adversário vencido possa tornar-se motivo de discussão entre homens de qualquer época. Esses dois objetivos são fundamentalmente contrariados pela aplicação da pena de morte, sobretudo quando esta se verifica com cerceamento de defesa e requintes de crueldade. Nesse sentido, a morte de Mussolini, por exemplo, foi um serviço prestado à sua memória e às suas idéias.

De minha parte, no Brasil, sempre formulei os melhores votos pela saúde do sr. Getúlio Vargas, lamentando apenas que, ao menos como homenagem postuma ao programa do Estado Novo, não tenha sido assinado ainda um decreto-lei confiscando os bens daquele cidadão e de sua família protegendo-o com os benefícios da legislação trabalhista em vigor e cassando-lhe os direitos do homem, tais como o de votar, e de ser votado, o de palavra, o de imprensa, o de reunião e o de associação. Nada de morte, nem de carcere, nem de exílio! A sociedade civil pode ser de tal maneira organizada que a cada qual seja dado viver livremente e de acordo com os próprios pendores e aptidões sem nenhuma possibilidade material de prejudicar a outrem. Todos os ex-ditadores seriam viventes inofensivos e quase dignos de lastima se os governos democratas tivessem a cautela de mimosá-los com a morte civil, que é o que insistentemente propoem em sua intenção. Essa medida poderia constituir objeto de tratados internacionais e, além disso, em lugar de serem deportados para o exterior ou para alguma ilha, ficariam os ex-dita-

dores obrigados a viver livremente nas condições mencionadas, dentro do largo âmbito nacional dos seus crimes políticos.

A pena de morte é uma estupidicez, pois só ao condenado beneficia, ou aumentando-lhe a glória, ou atenuando-lhe o julgamento desfavorável na memória dos homens. Os reis e ditadores se livram do opróbrio, sem que tenham reconhecido publicamente a sua primitiva animalidade. E sempre haverá imbecis para sinceramente transformá-los em mártires ou em santos. Não nos ludamos: a figura de Mussolini, desprovida pelo tempo dos seus atributos mais repulsivos, ainda encontrará devotos fervoros entre as gerações vindouras.

Caso bem diverso é o da morte do presidente boliviano, o tenente-coronel Guaberto Villarroel. Sua passagem desta para a melhor resultou de uma explosão espontânea da colera popular, como revide ao seus atos de opressão e violência. Não houve pena de morte, mas somente luta, tendo o desenlace resultado quase como um acidente. Ação rápida e sumária, sem intervenção de carcereiros, guardas e juizes. Mas, ainda assim, talvez pudessem ter sido evitadas as cenas dramáticas de enfornamento do moribundo e de suspensão do cadáver num poste de iluminação pública. Nesse ponto, nota-se alguma semelhança com o episódio de Mussolini e não se pode garantir que pormenores tão grosseiros não sejam utilizados pelos proferos para compor em memória de Villarroel uma aureola de mártirio.

Imagine-se que, no Brasil, a cabeça de D. Pedro II tivesse sido pendurada em alguma forca do antigo largo da Lampadaria! Seriam com certeza esquecidos os mártires republicanos de 1817, para ser lembrada somente a figura santificada do imperador com suas barbas brancas. Limitaram-se os fundadores da República a deportar a família real, e isso foi o bastante para que até hoje as matronas ilustres e senhores circunspectos se desmanchem em alusões sentimentais. Não teria sido mil vezes preferível que Pedro II e a sua família, depois de convenientemente despojados dos seus bens, fossem deixados em paz nas ruas do Rio de Janeiro, a ganhar honestamente o pão de cada dia e a visitar aos domingos os museus de antiguidades?

Nada é tão impolitico como a pena de morte, que nunca deixa de abrir ao condenado um lugarzinho mais ou menos honroso na História. E os seus adeptos, então, que restam sempre, transformam o mártir, mais cedo ou mais tarde, em bandeira de luta, obrigando a humanidade a preocupar-se com velhos problemas.

Mesmo quando o determinado individuo possa tornar-se temível pela ascendência mantida sobre os seus partidários, o que melhor convem à boa política é ter o trabalho de vigiar-lhe os passos e de neutralizar-lhe a ação. Se não morrer acidentalmente numa das refregas, sofrerá o castigo amargo de sucessivas derrotas, ao mesmo tempo que a sua vida ingloria se tornará para todos um exemplo tão convincente quanto a sua morte seria. Ao contrário, um estímulo psicológico para os fanáticos.

CRÔNICA LITERÁRIA

Um debate sobre o existencialismo

Uma "enquete" do "Diário da Noite", de S. Paulo, registrou, neste frígido julho paulistano, a inquietação em torno do "existencialismo", tornado assunto de debate e de jornal, pelos últimos fatos que serviram de veículo à teoria, notadamente o duelo dos pintores Eparbes e René Gaillard, em Paris...

rança, a tal ponto que qualquer um, sozinho, pode tomar responsabilidade de manejar as alavancas do movimento, e tudo fundamentado na condição humana do revolucionário, pela "escolha" conciente que ele existencialmente realizou. A crítica ao automatismo em que uma organização como o Partido Comunista modela os seus membros está implícita nesse largo sentido da iniciativa própria dos militantes de "Le sang des autres".

Num dos extremos exemplificativos desta tomada de responsabilidade individual, em "La République du Silence", Jean-Paul Sartre friza:

"Nunca tínhamos sido tão livres como sob a ocupação alemã. Tínhamos perdido todos os nossos direitos e principalmente o de falar. Insultavam-nos face a face e era preciso calar. Eramos deportados em massa, como trabalhadores, como judeus, como prisioneiros políticos. Em todos os muros, nos jornais, no cinema, encontramos esta imunda e derrisória fisionomia que os nossos opressores queriam nos apresentar de nós mesmos. Por tudo isto, eramos livres".

E mais adiante: "Em todas as circunstâncias, estávamos sós, trancados na solidão, encerrados na solidão, e era nessa lassitude, soltados de tudo, que resistimos às torturas, sós e nus diante dos carcereiros bem barbeados, bem alimentados, bem vestidos, que zombavam de nossa carne miserável, e a quem uma consciência satisfeita, uma potencialidade social desmesurada dava todas as aparências de ter razão. Sós. Sem o socorro de mão amiga ou de qualquer encorajamento". (Da "Eternelle Revue", I).

Tem razão o professor Roger Bastide ao mencionar a interferência da guerra como oportunidade ao clima do existencialismo sartreano. A divisão da responsabilidade num grave momento de tensão, quando era necessário "resolver a escolha", tornou im-

perativa a adoção de uma ética como a do existencialismo, libertadora da vontade, cristalizada no último grau de existência que é a noção de RESISTIR, a "coragem de dizer NÃO diante da voragem" ("A famosa Revista", cap. "Chave").

Assim, como assinala Roger Bastide "a guerra lhe deu — ao existencialismo — um clima, lhe abriu uma audiência maior. Quando os homens sentiram as suas existências ameaçadas a existência passou a ter para eles maior importância. Além disso todos os valores se quebraram, não mais se sabia onde estava o justo e o injusto, as propagandas totalitárias esburacavam os fundamentos das crenças antigas: uma única coisa resistia, cuja realidade era tanto mais sentida quanto a morte a rondava: a sua própria existência, "aqui e agora".

E não será essa a situação do revolucionário colocado na fragua do desabamento de toda uma situação ideológica subvertida que à margem da guerra perdeu a noção do "justo" e do "injusto" e luta pela sua existência, num estado de tensão permanente, cujo lema nunca deixou de ser a nossa existência "aqui e agora"?

De William Faulkner à proibida vigilante de André Malraux, desde o ato gratuito de André Gide ao aparente anarquismo desta filosofia transformada em estética e ética, que diz ser a liberdade o caminho da existência, há homens que não se perdem na voragem. Mesclam-se à massa mas não se perdem nela, microcelulares, nos processos das grandes procissões, da aceitação dos linchamentos e dos "pogroms", dos estrangulamentos que caracterizam esta vasta transição do mundo. Os "marxistas" que combatem o existencialismo talvez sejam os mesmos que como Togliatti desmentem a existência do "imperialismo russo". E, positivamente, eles não nos interessam — PATRICIA GALVAO.

Comunismo, anti-comunismo, expressões destituídas de conteúdo lógico. Podemos sem receio aplicar-lhes as mesmas e adequadas observações de Rudolf Carnap (Escola de Viena) à Metafísica e aos metafísicos.

Evita-se a clareza, prefere-se o enevoado das idéias a descar-ná-las por temor a uma precoce desilusão ou a um enfraquecimento da Vontade de Servir, alegre, gregária, criadora...

Ver o espetáculo cotidiano de seitas políticas que se caluniam, invocando deuses sem sentido, crianças sem valor, esperanças de fertilidade duvidosa, causa pelo menos tédio.

Diariamente assistimos à tentativa persistente, e nem sempre vã de tudo confundir que se manifesta em certas mentalidades ao que parece marxistas para os quais, socialistas, trotskistas, democratas, anarquistas ou cristãos, que por razões políticas, religiosas ou de pura sensibilidade de se recusam a pertencer ao rebanho, são apodados com servidões de qualquer City ou de qualquer odiada doutrina.

Faz parte da Técnica de desmoralização, de desagregação psicológica, propícia a provocar crises de consciência que debilitem o espírito, o enervem, o tornem angustiado pelo perene receio de servir o inimigo, preparando uma adesão salvadora ou um arrependimento purificador.

Em momento algum porém devemos reagir com paixão ou grosseiras mistificações, corresponderia a vivermos o mesmo e intoxicados clima espiritual.

Por isso estamos distantes dos que atacam o comunismo sem nitida consciência da responsabilidade que todo o homem assume quando entende dever dizer a outros homens a sua Verdade. Sem um correlativo esclarecimento das autênticas e claras razões desses ataques serviríamos inevitavelmente à classe dominante. Saber distinguir e tornar acessível às massas, a nosa discordância de todas as discordâncias é um dever de inteligência, humilde cotidiano necessário entretanto outros, para a criação de um autêntico movimento Socialista.

Não distinguir transforma-se numa força coesiva e coercitiva.

As idéias claras e distintas, sem charme e valor emotivo impróprias a criar estados de espírito de Fé e de Combate são progressivamente substituídas por Idéias-Fórcas.

Nun mundo deliberadamente sem luz, entregamo-nos nas mãos de cegos que por hábito melhor se orientam na escuridão ficando a pouco e pouco impróprios para buscar nosso caminho sem Condutores.

E aumentamos a confusão, diluída ou espontânea. Não que o homem moderno evite esclarecer mas porque designa por clareza o que em grande parte é simples pedagogia de um apriorismo ou de uma dogmática. O marxista oficial com solenidade e quase inocente pedantismo diz a verdade definitiva (sempre variável, sempre definitiva) indiferente a toda a obra científica moderna por vezes coincidente por vezes divergente do Marxismo, sobretudo do Marxismo ingênuo e vulgar, mas objetivamente construída por homens, para quem preconceito em ciência é desonestidade mental e puro absurdo qualquer que seja o fim ideal a servir ou a evitar. Teleologia não é ciência mas uma hipótese sobre os fins humanos. Ciência é a totalização da ex-

PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO

PAULO DE CASTRO

periência humana. Quando pensamos que a esses fins pré-estabelecidos se sacrificam impiedosamente gerações inteiras de homens em carne e osso, começamos a ter interesse em saber o que é ciência e o que é puro e rudimentar Iluminismo Social.

Da confusão espontânea é a sociedade em que vivemos espetáculo sem cessar renovado. Materialistas se comportam no mundo real como idealistas, místicos como vulgares hedonistas, cristãos amando a violência, filósofos o irracionalismo, militares a Paz, poetas a guerra.

A análise livre a-confessional e irreverente que dificulta a entronização de dogmas religiosos ou políticos, do slogan de aparências transcendentais, messiânico e polarizador de vontade ou ódios é hoje impopular.

Na matéria vaga do irracionalismo cuja vastidão nem sequer pretendemos esboçar, a imaginação é Deus fecunda, dá a Kierkegaard e Heidegger (1) possibilidade de dizer palavras enigmáticas ou frases sem nexo e serem "profundas" filósofos, existencialistas, angustiados, a Bergson a elegância de criar 4 tipos de intuição que se contradizem mas são igualmente lógicos, aos hegelianos de Moscou o direito de variar trimestralmente a linha política sem que os princípios, da moderna escolástica sofram o mais ligeiro arrepiamento de pudor, a Salazar ser considerado pelo notável humorista Samuel Hoare como servidor fiel das Nações Unidas, a Franco um aprovado ou consentido defensor da Civilização Ocidental...

Coerente e ininterrupta a mistificação das consciências prossegue criando ao Homem a inédita humilhação de dominar a Natureza de desintegrar o atomo, de reduzir o Espaço a um simples valor convencional sem que isso signifique uma maior riqueza da sua vida interior e da sua Liberdade.

Ser anti-comunista e manter-se integralmente um homem de esquerda partidário de uma total mutação do mundo capitalista conservando a liberdade política como valor precioso e intangível, sem compromissos sedutores com inúmeras forças democráticas que nos atraem não nos podem constituir para nós um fim, exige infatigável vigilância e no fluxo dos acontecimentos constante interpretação nem sempre isenta de uma margem de paixão ou erro.

Preferimos porém as vicissitudes da nossa desamparada inteligência à verdade Revelada dos profetas do nosso tempo que traçam as linhas variadamente justas para a conquista da terra ou a salvação da alma.

Outra dificuldade, não sentida infelizmente por alguns com a merecida acuidade é definir em todos os momentos com clareza em que consiste o nosso anti-comunismo, distingui-lo incisivamente de tudo o que hoje em nome de interesses inconcessíveis se dedica a "defender" a pessoa humana ou a liberdade ameaçada pretendendo atribuir-se uma missão civilizadora contra os "novos bárbaros" uma vez porém os bárbaros vencidos a liberdade seria igualmente ameaçada e a pessoa humana esquecida.

Do mesmo modo que a um não religioso é interdito cometer pecados mesmo simples sem que o acusem de ausência de Fé, nossas ações devem ser impregnadas de uma maior isenção, desprendimento e objetividade, pois nós somos pelo visto os prosaicos herejes do NOVO MITO.

Devemos confessar, com perigo de suavemente deslizaríamos para um ponto de vista idealista, que "nosso tipo de anti-comunismo (expressão que consideramos infeliz mas de mais fácil apreensão intuitiva) é acima de tudo um ponto de vista de Dignidade Humana, destinado a colocarmos perante os movimentos predominantes na nossa época na situação de exilados espirituais.

Para os fascistas somos comunistas (o culto da nuance nunca foi uma especialidade fascista).

Liberdade de imprensa e organização para os alemães democratas e socialistas no Brasil

Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, as autoridades resolveram proibir o uso da língua alemã, tendo sido suspensos também todos os jornais editados naquele idioma. Terminou a guerra, mas essas medidas restritivas continuaram em vigor. Deve-se frisar que nos Estados Unidos já circulam jornais em língua alemã, enquanto que no Brasil continuam proibidos, tendo sido há pouco tempo apreendidos em S. Catarina exemplares de um órgão alemão democrata.

Dessas restrições estão se aproveitando os nazistas, especialmente naquele estado. Os colonos alemães do interior catarinense são "trabalhados" pelo nazistas, sem que os alemães democratas e socialistas possam fazer alguma coisa para contrabalançar a influência dos fascistas.

Os nazistas, cuja organização não foi destruída, mantêm grande atividade em Santa Catarina. Não se limitam apenas ao trabalho de agitação verbal. Sentem-se como bastante força e já começam a reimplantar o terror nazi, principalmente na zona de Joinville, onde contam com apoio de autoridades.

A manutenção das medidas restritivas que pensam sobre o uso da língua alemã só favorece aos fascistas, que têm todas as possibilidades de desenvolver uma grande campanha no seio dos colonos alemães, politicamente atrasados. Como esses colonos, em sua maior parte, não falam nem entendem o português, não podem ser influenciados pelos jornais democratas e socialistas editados em português.

E' preciso que sejam revogadas todas as restrições ainda existentes, dando-se aos alemães democratas e socialistas o direito de formarem as suas organizações e editarem os seus jornais e boletins em sua língua natal, afim de que possam eles destruir os conceitos que os fascistas andaram a propagar, antes da

para os comunistas somos Trotskistas, para os trotskistas talvez pequeno-burgueses ou liberais; eis a irônica situação de um Socialista no Brasil.

Esses movimentos ou melhor o que conseguir vencer criará para os seus adeptos uma situação de felicidade quase diríamos risinha com uma ou outra pontinha de nostalgia da liberdade voluntariamente perdida. Para nós que continuaremos a não desistir de encontrar o verdadeiro timbre dos interesses espirituais e materiais das massas populares, o novo Estado totalitário senhor da sua Divindade e do seu Poder, se um dia o conquistar, reservará algumas dozes amenidades.

Não façamos porém de um accidental isolamento pretexto de inatividade pois no mundo há milhões como nós para os quais a Democracia Socialista repre-

A "IGUALDADE DE DIREITOS" NA ÁFRICA DO SUL

Extraímos o seguinte trecho de um manifesto lançado pela população não europeia da África do Sul: "Os povos do mundo, escandalizados com os atos desumanos dos nazistas, provavelmente não sabe que os não europeus da África do Sul vivem sob uma tirania muito semelhante à do nazismo. Não lhes é permitido ensinar, e quase não lhes é dada instrução. Não lhes é permitido dedicarem-se a profissões que requerem qualquer habilidade ou adrestramento especial. Não lhes é permitido comerciar ou entrar para o exército senão na qualidade de tropas auxiliares, e muitas vezes não lhes é permitido sequer entrar nos cinemas."

Muitas vezes, são proibidos de se mudarem para as cidades. Tal como na Alemanha nazista, são proibidos de se casar com mulheres brancas. Na maioria dos casos, há leis diferentes para europeus e não europeus, não havendo, pois, nem mesmo uma aparência de igualdade jurídica.

As prisões então cheias de não europeus que se recusaram a pagar o imposto especial per capita que recaí sobre eles. Mas o General Smuts, chefe do governo da União Sul Africana, fez recentemente um comovedor discurso, em que revelou que "A nossa vitória sobre o nazismo foi a vitória daqueles que se batem pelo valor intrínseco da personalidade humana e pela igualdade de direitos para todos os homens!"

senta a única esperança, capaz de libertar o Homem do capitalismo sem o sacrificar a uma nova opressão. A França é dito uma magnífica promessa.

Nosso dever de Democratas e Socialistas, permito-me pensá-lo é ingrato pois nos impõe como ética de conduta combater ao lado dos comunistas onde estes por coincidência ou interesse pragmático lutem episodicamente pela dignidade do Homem e combatê-lo onde constituam para essa dignidade uma ameaça.

Assim pois nossa posição na Bulgária e Romenia por exemplo não poderia ser mesma que em Espanha e Portugal (2). Nos primeiros países colaborador é servir diretamente um Imperialismo e eliminar as condições de um governo autenticamente democrático, nos segundos países colaborar com eles é cometer uma obra de traição ou inconsciência.

Por muito grande que sejam nossas divergências com o Partido Comunista a Frente Única para esmagar o Fascismo Ibérico deve ser uma realidade, tomando o movimento comunista não na sua proclamada ingênua aparência mas como expressão política do Imperialismo Russo em conflito com os governos fascistas da Península coincidência com a nossa luta que um simples dever de inteligência nos impõe reconhecer e aproveitar.

Nossa posição para com os trotskistas no caso de constituírem um movimento poderoso seria também de resistência pois por fatalidade de doutrina se conquistassem o Poder imporiam uma ditadura sem dívida revolucionária, mas ditadura: isso nos interessa fundamentalmente.

Aliás sua tentativa no Ocidente foi superada pelos acontecimentos ficando de pé tão só como protesto contra o desvirtuamento da maior Revolução da História; neste sentido o trotskismo supera Trotski e a nossa época e será esse movimento que os historiadores irão buscar os elementos sérios para a elaboração da História da Revolução Russa sem mutilações ou pueris fantasias impróprias da ciência histórica.

Os homens do futuro prestarão homenagem a milhares dos seus militantes martirizados e caunilunados por permanecerem fieis aos ideais da Revolução de Outubro. Somos sensíveis à grandeza humana, mesmo quando exprime ideais alheios.

Este movimento representou, sem dúvida no nosso século uma das suas mais admiráveis expressões.

Hoje porém não existe trotskismo, mas trotskistas (entre eles alguns quadros políticos de excepcional valor (3)).

O anti-trotskismo de Moscou continua porém vigoroso, sinal de fraqueza e de consciência intranquila.

Mostrar a mediocridade ódios deste tipo, de origem puramente pessoal que se transformam em sociais quando passam a constituir a defesa de novos privilégios e incarnam nas massas por sistemática propaganda é uma tarefa de higiene mental; o mundo do futuro seria irrespirável se conservasse estes resíduos de farsa, de desalinho espiritual e de triste e inconfessáveis métodos políticos.

Nossa mentalidade não-emotiva clara e educada quanto pos-

sível no uso da Razão como exercício cotidiano, dá-nos uma largueza de horizontes que não nos permite submergir em seitas políticas ou rigorosas, em esoterismos ou magias.

A ciência é dubitativa, interrogativa e irônica.

Saímos da Idade-Média e recusamo-nos a regressar à Unidade Mística medieval quaisquer que sejam os pretextos ou disfarces por vezes sedutores dessa conversão.

Na luta por uma nova estrutura econômica do Mundo, pela Democracia e pela Liberdade sem ódios inúteis mas sem ingenuidades impróprias de inteligências amadurecidas e de sensibilidades já fustigadas pela crença fácil em doutrinas milagreiras, só faremos exclusão do fascismo e dos métodos fascistas: os impenitentes amadores de antiguidades ou de modernismos de sabor arcaico preferimos relegá-los aos Museus de Arte Antiga ou ao Museu da Revolução.

A antipatia por certas correntes políticas não deve porém impedir-nos de momentaneamente convergirmos num esforço comum onde esse esforço tenda a dar aos homens um pouco mais de dignidade.

Fá-lo-emos sem ilusões com a consciência de correremos o risco de perder numa sequente etapa a nossa própria liberdade.

Mas esse risco é necessário e temos de enfrentá-lo com a cara levantada e confiante no Futuro. Falemos principalmente com Ibéricos depois da luta, por certo nos mediremos, homens em face de homens confrontando nossas verdades sem receio pois o medo é depois do egoísmo a maior tristeza da alma.

Mas primeiro derrotemos os que agora são os ditadores.

O único risco que não devemos correr é permanecer em silêncio perante a incansável tortura de dois povos por dois ditadores cúmplices ligados pelo mesmo destino.

Na Frente Única contra Franco e Salazar coincidimos por momentos, não façamos porém dessa coincidência nem um pretexto de disputa, nem um lema de impossíveis afinidades.

(1) Relaçõe o leitor a título de curiosidade com alguns aspectos da pintura moderna.

Propomos alguns quadros à sua benevolente meditação.

Yves Tanguy — Le Pacte — Viell Horizon.

Salvador Daly — Le Grand Paranoiaque

Canibalisme de l'Automne

Imagine Medianimique paranoiaque.

René Magritte — Le temps Menaçant — Alberto Giacometti — Relations Desagregantes - Giorgio de Chirico — Grand Interieur Metaphisque.

(2) Quanto ao Brasil aconselhámos simplesmente a leitura atenta de "Vanguarda Socialista"

(3) Por paradoxo os trotskistas são com os Stalinistas os únicos a tomar ainda a sério a Revolução Russa como exemplo para o Ocidente. Para os homens da IV Internacional é necessário tão só regenerá-la, regressar às fontes da Pureza, lavar os olhos da poeira dos sinuosos caminhos sinuosamente percorridos. Dostoyevsky dizia que custa muito a mudar de Deus.

Verdade de amarga atualidade. Que nos perdoem os nossos amigos trotskistas.

P. C.

A condição humana

Não há serviços, só servidores

Toda atividade humana tem além de sua parte útil um valor intrínseco, que é baseado na própria pessoa útil. Tem este valor sua expressão no produto do trabalho, expressão visível, mas assim mesmo não devemos cair no profundo erro de basear o nosso critério sobre esta parte concreta, ou seja, útil. Fazendo isso, fazemos o que está sendo feito na ordem social atual, tão errada que, aparentemente, não há remédios para a reformar ou renovar.

Se o elemento social da nossa coletividade está cumprindo com seu empenho moral de contribuir com sua parte individual útil para o bem coletivo e, consequentemente, o bem seu, não pode prevalecer um esquema morto e decrepito, que lhe imponha a lado, ou seja, do lado individual e do lado coletivo, portanto, um compromisso bem bilateral, não podemos fugir a obrigação de analisar os fatos sociais. A utilidade é uma coisa, o homem útil é outra. Se há, pois, a conveniência de que o cidadão se torne útil para que usufrua as vantagens coletivas, é lógico, ou melhor devia ser lógico, que seja útil com o maior proveito possível, para que não saia prejudicado ele, nem a coletividade.

Como, pois, se conseguirá tal propósito, senão por meio de um sistema que estabeleça a relação justa e sociológica entre o serviço e servidor? Ou, em outras palavras: Adaptação do servidor ao serviço ou adaptação do serviço ao servidor. Seguindo, pois, esta lógica, concluímos, facilmente, que tanto o homem quanto seu trabalho são tão variados, tão individuais, que qualquer tentativa de estabelecer e de decretar leis únicas será condenada ao fracasso. Chegaremos a condições sumamente elásticas, sem cujo estudo não haverá ordem, nem ordem social, nem felicidade social. Se assistimos a mais uma etapa da humanidade fracassada em sua evolução e no chamado progresso, eis uma de suas causas mais responsáveis.

Desde que a nossa tão celebrada pseudo-ordem social condenou o cidadão a observar sua vida, praticamente, toda e integral, em defesa de seu pedaço de bem-estar, que na verdade não passa de um sonho vitalício, de uma amarga quimera, de uma estupidez, a sua função útil lhe traz a sombra de miséria e traz à vida coletiva este estado de inquietação e de revolta, que está correndo os pais todos.

Não adianta pregar a utilidade social do cidadão, se sua obra degenera em um sacrifício mortal, em uma vida sem graça, em uma existência sem satisfação moral e material alguma, em um suicídio imposto pela nossa lamentável ignorância e falta de senso psicológico e social. Quer a utilidade do indivíduo não pode implicar em querer dele tudo, sua alma, seu corpo, sua vida. Não pode implicar em condição alguma, que seja uma condição humana, que para que ele e sua família não morram de fome, não morem na rua, não durmam em jardins públicos, não estendam, acompanhado de seus filhos, as mãos para implorar "caridade", se absorva a sua vida toda em uma função pseudo-útil, a ponto de se retirar dela acabado e de voltar a ela sem ânimo, sem força, sem graça e sem esperança. A ponto de ser empenhar em sua função em estado saudável e de contrair nela a doença. A ponto de prestar seu compromisso social com vida e de pagar sua dívida social com sua morte, morte precoce, morte contrária, que de um lado aparenta suicídio lento e do outro lado um crime social.

Se a ordem social das nossas estruturas sociais quer homens úteis, exige atividade útil de cada um de nós, nada mais justo e mais direito do que isso. Mas nenhuma ordem social poderá aspirar à eternidade, nem assegurar bem-estar à humanidade, se tal utilidade social não está sendo cultivada como uma jóia, como uma pérola preciosa, a qual com trato e inteligente enfeita, congrua, delicada, e a qual com mau trato perde o brilho e o valor todo. As energias humanas são preciosas, são valores inesgotáveis, desde que soubermos cultivá-las. Concordamos com o grito das necessidades imperiosas da nossa vida coletiva, que o homem seja útil, mas que esta utilidade social seja uma utilidade dirigida, uma utilidade analisada e individualizada, e que a imprescindível utilidade do cidadão, por mais premente que seja, tenha uma base certa. Serviços é que não faltam, mas da mesma forma, podemos afirmar: SERVIDORES É QUE TAMBÉM NÃO FALTARÃO. O que faz

faltam é simplesmente a inexistência da harmonia entre serviço e servidor. Proporcionado-se a este último o horário de trabalho individual, que tanto lhe permita se adaptar à sua função sem que arrisque vida e saúde, e sem que comprometa seu progresso educacional e cultural, e, finalmente, sem que permaneça em uma posição social insustentável para a vida toda sem esperanças de se livrar de uma miséria perpétua, aí as cousas mudarão sem dúvida. Não pagarão com vida e saúde os servidores o compromisso social, nem haverá mais doentes e fracos em serviços. Desaparecerão mulheres e gestantes destas funções, bem como os menores e idosos, porquanto utilidade social é uma confissão incompatível com toda tirania, em que nossa pseudo-ordem tenha degenerado.

A verdadeira ordem social não admite suicídios coletivos, lentos ou rápidos, suicídios por necessidade ou por ignorância, não admite lares desfalcados por crimes sociais, que — em última análise — foram cometidos por nossa coletividade. A verdadeira ordem social distribui os serviços aos servidores, um posto em relação adequada com outro, de forma que dela surge uma congruência ideal entre ambos. Se assim forem analisadas as

qualidades e inclinações do indivíduo — análise social inexistente em sua grandiosidade, — não mais estaremos longe da época em que a utilidade social entusiasmaria as massas humanas em vez de abatê-las. E se além desta tarefa o nosso meio tiver coragem de abalar o credopagão, das oito horas, aí poderia ressurgir a esperança de que função social, além de ser executada com maior vigor, com maior eficiência e com verdadeira alegria, ainda daria margem para uma folga, que não mais serviria para matar animais, encher barrigas vazias e desencher glândulas derramantes, mas sim serviria para ensinar o alfabeto, tanto o alfabeto de escrever e ler como o grande alfabeto do espírito, do pensamento, do raciocínio, da arte, e da técnica.

Não esqueçamos, pois, que toda atividade humana deve ser uma função social útil, tão útil para o servidor quanto para o serviço, e que nenhuma atividade humana, pois, se deve admitir, que não seja útil, ou que seja inútil ou interdiável à vista do bem individual e coletivo. Se observarmos este lema, que sem adaptação recíproca não haverá uma engrenagem, que possa servir ao estabelecimento de uma ordem social melhor do que a nossa, que já se desfez ante a história do destino da nossa raça humana, concluiremos facilmente que há serviços para os quais não deve haver servidores, e que há servidores para os quais não deve haver serviços.

A Rússia proíbe a um delegado da Federação Americana do Trabalho visitar a zona de ocupação russa na Austria

Segundo um telegrama que o periódico "Times" recebeu de Viena, a Rússia impediu que um representante da Liga Operária pro Direitos Humanos, da Federação Americana do Trabalho (A. F. L.) visitasse a zona russa de ocupação na Austria.

Irving Brown, representante da Liga na Europa, havia sido convidado pela Confederação Austriaca do Trabalho para inspecionar a escola sindical de Martenstein, com objetivo de entregar os fundos fornecidos pelos sindicatos da A. F. L. para a sua manutenção.

O vice-presidente da A. F. L., Mathew Woll, que preside a Liga pro Direitos Humanos, protestou energicamente contra a exclusão de Brown da região austríaca ocupada pela Rússia, qualificando tal ato como um "repto aos amantes da liberdade em todo o mundo." Disse ainda o seguinte:

"Temos vivo interesse em ver o que o governo russo, que pretende representar uma democracia superior à nossa, e o que os sindicatos russos, que persistem em chamar-se de legítimas organizações operárias livres, farão para por cobro a este proceder inexplicável e para impedir que se repita."

O comunicado do "Times", de N. York, continuava:

"O sr. Brown estava estudando com os dirigentes operários de Viena a maneira por que os sindicatos dos Estados Unidos poderiam enviar socorros diretamente aos operários organizados deste país, discutindo planos para por ao alcance dos trabalhadoras, toda classe de publicações sindicais de caráter internacional, e tratando do restabelecimento de relações entre o movimento sindical da Austria e os sindicatos estadunidenses.

Segundo o sr. Brown, os russos não explicaram porque o excluíam. Entretanto, de acordo com informações de fonte fidedigna, os russos também haviam recusado um convite para assistir a um banquete em homenagem ao sr. Brown, baseado a sua negativa, segundo se dizia, em que a Federação Americana do Trabalho se opõe ao comunismo.

O sr. Brown disse que a Federação Americana do Trabalho provavelmente tratará de valer-se de amigos do Comitê Operário Austriaco para fazer chegar ajuda aos trabalhadores deste país.

Também disse o sr. Brown que, em sua opinião, a escala de salários e o nível de vida na Austria são inferiores aos que prevalecem na Alemanha e indubitavelmente são muitos inferiores aos que vigoram nos outros países

Assinaí
"VANGUARDA SOCIALISTA"

européus em que ele havia trabalhado.

Afirmou também que, para bem dos trabalhadores, as potências de ocupação deveriam suprimir as linhas de demarcação na Austria para eliminar as barreiras que impedem o comércio."

Modificações no governo de Staline

Continuação do numero anterior)

O Orgburo é agora controlado por dois rivais. Malenkov e Zhdanov, naturalmente sob a fiscalização de Staline. Os outros membros do Orgburo são altos funcionários do Comitê Central e secretários regionais do partido. Esta reforma pode dar mais flexibilidade às atividades do Orgburo, mas certamente lhe reduzirá a importância política dentro do partido. A autoridade de Staline nesse organismo será ainda mais acentuada do que até aqui.

Estas reformas naturalmente também afetaram o próprio Bureau Político. Antes da guerra, todos os seus membros eram formalmente iguais. Formalmente, Staline era apenas um deles. Embora sua vontade predominasse, não era por uma questão de direito, mas em virtude da relação real de forças. Quando se publicavam as listas de nomes do Bureau Político, estes vinham em ordem alfabética, o que colocava o nome de Staline mais para o fim da lista. Hoje, tal desrespeito pareceria uma blasfêmia: seu nome aparece invariavelmente encabeçando a lista. Esta ordem se coaduna com a situação nova, visto que dois terços dos membros do Bureau Político são formalmente subordinados de Staline pela posição que ocupam na administração. Nestas condições, mesmo a igualdade formal dentro do Bureau Político não é mais possível.

Assim, o ponto central em que se aglutinam os poderes tanto do Estado como do partido deixa de ser o Bureau Político para ser a pessoa de Staline, que é chefe do governo, comandante das forças armadas e dirigente do Orgburo. Se os acontecimentos continuarem a se desenvolver nesse sentido, com tudo parece indicar, o Bureau Político está fadado a tornar-se um mero órgão consultivo, formado pelos suplentes de Staline e seus auxiliares nos diversos cargos de governo. A unificação dos vertices do Estado e do partido se processa de uma forma que conduz à centralização forma que conduz à concentração de poder ilimitado na pessoa de Staline. Assim, estão estabelecidos os requisitos para a transição formal ao regime de um só chefe.

Quais os motivos desta reforma? É inútil procurá-los na imprensa soviética. Um exame re-

Damos abaixo dois editoriais aparecidos em órgãos sindicais norte-americanos, sobre os projetos de leis do trabalho de Truman. A importância desses editoriais está no fato de que ambos salientam que é inútil a crítica a Truman se não se fizer acompanhar da palavra de ordem de organização política do proletariado.

O Midwest Labor World, de que tiramos o primeiro editorial, é o órgão do sindicato dos empregados no comércio de São Luis. O segundo editorial é de The Cable, jornal da Associação Nacional dos Trabalhadores em Material Telefônico (CIO).

Desde que começamos a publicar este jornal, que vimos agitando como um dos pontos principais de nosso programa a unidade do movimento operário. Depois do "sábado negro", quando o presidente demonstrou ser um tanto esperto e escoregado demais para seu próprio bem, manifestou-se em favor de serem as greves furadas por ação governamental e do vir a estabelecer um estado totalitário, tornou-se claro o sentido de nossa palavra de ordem.

Os acontecimentos do "sábado negro" aproximaram mais os trabalhadores uns dos outros do que em qualquer ocasião nos últimos anos. Walter P. Reuther, o grande presidente do sindicato

Os operários organizados dos Estados Unidos e o novo partido

da indústria automobilística, apelou para a unidade de ação, fim de enfrentar a situação.

Em São Luis e em algumas outras cidades, a CIO, a AFL, as União Ferroviárias e sindicatos independentes reuniram-se para traçar planos de ação conjunta. Nós, naturalmente, fomos muito adiante, reclamando a unidade orgânica, ou a fusão.

No entanto, estamos convencidos que neste período de emergência verificou-se grande progresso no sentido da verdadeira unidade. Mesmo que essa emergência passe depressa, não nos esqueçamos disso!

No que diz respeito ao presidente, nós o consideramos um homem morto politicamente. Os operários podem apresentar várias falhas, além da falta de unidade, mas mesmo o mais ignorante deles percebeu que Truman estava ameaçando a nossa própria existência, e reagiu à altura.

Não acreditamos que o presidente tenha sido verdadeiramente comprado pelos magnatas ferroviários, que são os que aproveitaram com o seu ato anti-grevista. Ele se revelou antes um simplório, agindo como as criaturas que seguem tudo que leem nos editoriais dos diários — que se colocam em nível muito baixo de ignorância política.

Os setores perspicazes do Grande Capital viram o perigo que corriam. Todos sabem que o Journal de Wall Street não tem o menor interesse pelos direitos operários, e no entanto o seu diretor rebelou-se, chegando a dizer: "O projeto de lei de controle de greves do presidente Truman, aprovado sem pensar e apressadamente pela Câmara, é sob vários aspectos ofensivo aos nossos instintos de segurança política, e impossível de aplicar na prática."

É possível que haja qualquer coisa de verdade na teoria de que o Grande Capital considera os dois partidos como duas asas do mesmo passarinho — o Partido Democrático como o partido do "liberalismo" e da guerra, e o Republicano como o partido da reação e da paz.

Segundo essa teoria, para conduzir a guerra com sucesso, é preciso comprar a docilidade da classe operária, com algumas reformas brandas. O outro partido (o Republicano) toma os freios quando não há guerra em perspectiva e não é necessário apaziguar o trabalho.

Se é certa essa teoria, o pecado de Truman foi o de agir como a ala do sistema político de Wall Street a que ele não pertence.

Os temores do Journal de Wall Street tiveram justificação. Nas últimas duas semanas falou-se mais num terceiro partido do que em muitas luas antes disso. Note-se que nosso programa também reclama um partido trabalhista independente.

Neste momento, os agentes de Staline também estão reclamando um partido trabalhista independente, para servir a seus próprios fins. Mas isto não tira o mérito da proposta, embora seja preciso tomar cuidado para não cair na armadilha comunista.

Assim, nosso programa demonstrou ser profético em dois pontos capitais. Sabíamos que os acontecimentos se encaminhavam de modo a vencer mesmo aos mais atrasados dessas duas necessidades: A unidade operária e um partido trabalhista. (Do Midwest World.)

Nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1945, THE CABLE atacou os políticos por não tomarem uma atitude corajosa no sentido de reparar as injustiças feitas ao proletariado durante a guerra. Citamos as medidas que estavam causando as greves. Mostramos que enquanto os salários estavam estabilizados, os preços e os lucros subiam cada vez mais. Citamos especialmente a política de Truman em relação a salários como a principal causa de descontentamento entre os operários. E chegamos a indicar o remédio para a situação: Eliminar-se a hesitação e os adiamentos na política de controle dos salários, fazendo votar uma lei que permitisse aos salários subirem aos mesmos níveis alcançados pelos preços.

Viu-se porém o que aconteceu: em vez de pegar o touro pelos chifres, os políticos tergiversaram uma política de tapinha, visando não perder eleitores. O discurso de 30 de outubro de 1945 do Presidente tinha visivelmente o objetivo de contentar os eleitores e não o de resolver os males nacionais...

Tudo isto serve para provar que o proletariado nunca será verdadeiramente representado pelos políticos profissionais — que só se sentem presos às máquinas políticas.

A fim de assegurar justiça para 35.000.000 de trabalhadores norte-americanos e seus 70.000.000 de dependentes, cerca de 85% da população dos Estados Unidos, e a fim de tomar pacificamente o controle da maior nação do mundo das mãos de uma minoria gananciosa e egoísta, os sindicatos norte-americanos precisam unir-se e formar um verdadeiro Partido Trabalhista, capaz de eleger congressistas e presidentes que sirvam melhor o país, representando verdadeiramente a grande maioria do povo americano — o trabalhador americano. O sistema de dois partidos demonstrou não ser obsoleto mas ainda não merecer confiança.

O proletariado lança seus próprios candidatos no campo político. Que todos os trabalhadores — da AFL, da CIO e independentes — se unam para restaurar a democracia nos Estados Unidos. (De "The Cable".)

O IAPI vai financiar estradas, abandonando ainda mais os associados

Foi vastamente publicada a entrevista do engenheiro Alim Pedro, presidente do Instituto dos Industriários. Falou que vai ser processada uma reforma no sentido de descentralizar os serviços daquela instituição, de maneira que os associados percebam com a máxima rapidez os auxílios a que têm direito. Nada temos a criticar nesse plano, que deveria ter sido executado há mais tempo. O I. A. P. I. deveria ser dirigido pelos associados, que

elegeriam a sua direção, pois só eles é que poderiam liquidar o excesso burocrático que ali domina e tomar as mais práticas medidas em benefício deles próprios.

Mas o que não pode passar em silêncio é a segunda parte das declarações do engenheiro Alim Pedro. Disse ele que o I. A. P. I. vai financiar a construção de estradas e o reaparelhamento das ferrovias, além de financiamentos a industriais para ampliação das instalações.

O I. A. P. I. paga pensões, aposentadorias e demais auxílios que não dão para nada, o que é reconhecido por todos, que exigem que pelo menos as aposentadorias e pensões sejam iguais aos salários percebidos pelo associado. Ademais, não tem o I. A. P. I. um serviço de assistência médica-hospitalar. A esse respeito tudo está ainda para ser feito. O número de casas desse instituto não dá nem para a centésima parte das necessidades dos associados. O IAPI, de modo geral, não cumpre satisfatoriamente nem uma das suas finalidades. Seus associados vivem descontentes e se sentem revoltados com a ineficiência da instituição, com o burocratismo dominante, com a orgia de matéria paga nos jornais e com o fato de as reservas serem desfalçadas para sustentar várias outras instituições, inclusive o Instituto Rio Branco.

Nessa situação causa espécie as declarações do engenheiro Alim Pedro. Que instituição de previdência é essa que, ao invés de construir casas, hospitais, ambulatórios, creches, restaurantes, ao invés de aumentar as pensões, aposentadorias e outros auxílios, pensa em financiar construção de estradas e ampliação de indústrias, cujos capitalistas se enchem de lucros extraordinários a custa dos salários baixos que pagam aos proletários?

Não há argumento que possa justificar essas inversões anunciadas pelo engenheiro Alim Pedro. Socialmente, é crime desviar fundos da Previdência Social para outros fins, abandonando as centenas de milhares de associados ao desamparo. Moralmente, não há qualificativos a dar a tal coisa.

No último congresso do Partido Socialista da Austria, vários dos principais oradores atacaram o Partido Comunista em palavras asperas e sem rebuços. É visível que o Partido Socialista abandonou a sua política inicial de tolerância e amizade para com o P. C.

Assinaí
"VANGUARDA SOCIALISTA"
O jornal do proletariado

Por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, realizou-se, no dia 28 do mês passado, à tarde, na sede da Associação dos Empregados no Comércio, uma grande reunião de representantes de sindicatos e federações sindicais, afim de examinar a situação criada pelo recente decreto-lei que determinou o afastamento compulsório, mediante novas eleições, dos dirigentes das entidades sindicais em todo país.

Presente grande numero de representantes das federações sindicais e dos sindicatos desta capital, em numero superior a 30 entidades, o sr. Plínio Gomes de Melo deu inicio aos trabalhos, formando a mesa.

Foi submetida à aprovação da Casa o seguinte projeto de resolução.

“Os Sindicatos e Federações sindicais de São Paulo, pelos seus representantes infra-assinados, reunidos para examinar a situação criada ao movimento sindi-

A MISTIFICAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA INDO-CHINESA

A França reconheceu oficialmente o governo de Viet Nam, da Indochina independente. Mas já se pode ver que esse reconhecimento não passa de uma burla, visto que o país está ocupado por tropas francesas que diariamente prendem e fuzilam e massacraram todos os que participaram na batalha pela liberdade indochinesa.

Na França, a policia continua a prender trabalhadores e estudantes indochineses suspeitos do crime de defender a independência de sua terra. Entre 19 e 24 de abril deste ano, mais de trinta indochineses foram presos. Entre estes, encontra-se o escritor Hoang, que acabava de traduzir para o anamita alguns livros de Gorki. Os soldados indochineses do exercito francês declararam uma greve de fome como protesto contra essas prisões arbitrárias.

AUMENTO DE SALÁRIOS a palavra de ordem do momento!

A oposição dos capitalistas à alta dos salários é causada pela sua ansia de explorar ainda mais os trabalhadores

Os capitalistas do Brasil nunca gostaram de pagar salários elevados e sempre consideraram todas as lutas pelo seu aumento como uma terrível rebelião dos trabalhadores contra os sagrados interesses da propriedade privada e os lucros capitalistas. Recorrem a todos os pretextos para negar o aumento e quase sempre têm contado com o apoio do poder publico para esmagar pela violencia os movimentos visando a majoração dos salários. Cedem relutando sempre e sempre conseguem autorização do governo para majorar os preços. Reclamam contra qualquer tentativa de alta de salários e inventam os argumentos mais safados e cretinos para recusar-se a aceitar as reivindicações de melhores salários.

São eles os “criadores” do “argumento” de que a alta generalizada dos salários redundou no decrescimento do rendimento do trabalho. Afirram que o operário só trabalha três ou quatro dias por semana, prejudicando assim a produção nacional. Evidentemente é isso uma falsidade, pois os salários não influem na massa das mercadorias produzidas.

O que há é que os capitalistas do Brasil, explorando um maquiavelismo velho e inadequado, tecnicamente atrasado, retiram seus lucros não pela intensidade do trabalho, mas sim pela mais impiedosa exploração da força do trabalho.

A baixa tecnica do capitalismo brasileiro é a causa dos salários baixos e inexistencia do limite da jornada do trabalho. Mesmo aqui na capital, o limite das oito horas sofre toda a sorte de desrespeito, com a complacência das autoridades.

“Tendo no ministro do Trabalho um ótimo defensor e portavoza (quem não se recorda da entrevista culpando o samba pela queda do rendimento do trabalho?), os burgueses, para evitar o aumento de salários, pretendem fazer com que a Justiça do Trabalho condicione o aumento à assiduidade ao trabalho. A audacia dos capitalistas não tem limite. A maioria dos trabalhadores do Brasil são diaristas e mesmo os semanaristas e mensaristas são descontados nos dias de falta. Pode-se dizer

cal do país pelo recente decreto-lei relativo às eleições dos sindicatos, considerando:

I — que essa medida governamental cassando o mandato das diretorias que se encontram à frente dos Sindicatos e Federações em todo o país e determinando a realização de eleições a seis de setembro próximo constitui flagrante desrespeito a vontade dos trabalhadores que se elegeram, na forma da lei e de acordo com os estatutos sindicais;

II — que, sendo o Sindicato a organização profissional dos trabalhadores, onde eles se agrupam como classe, para a defesa de seus interesses econômicos e culturais, sem distinção de sexo, cor, nacionalidades, convicções

PAGINA SINDICAL

Aumento ou equiparação de salários para os graficos?

Vários companheiros solicitaram a nossa opinião sobre a questão que divide atualmente os graficos a respeito dos salários. Uma parte ou, melhor, a direção do Sindicato acha que todo o movimento deve ser feito visando a equiparação dos salários, enquanto outras resume-se a reivindicar aumento de salários, imediatamente deixando para depois a equiparação.

Os dois boletins sindicais graficos têm publicado várias tabelas de salários pagos pelas oficinas de jornal e de obras desta capital, pelas quais se verifica a extrema oscilação de salários dos diferentes ramos profissionais da indústria gráfica no Rio, podendo-se afirmar que variam de modo acentuado de empresa para empresa e, em muitos casos, dentro da mesma oficina há diferentes salários para a mesma categoria. Não há uma sistematização de salários, nem de critério para classificação dos

A resolução dos sindicatos paulistas contra a reforma Negrão de Lima

políticas ou credos religiosos, não pode ele deixar-se arrastar por partidos políticos ou instituições religiosas, nem ficar subordinado a qualquer órgão do poder publico, sob pena de faltar aos seus verdadeiros objetivos;

III — que, por isso mesmo, o principio da mais ampla liberdade, com a plena autonomia organica e funcional dos sindicatos, somente limitada pela vontade soberana de suas assembleias e pelos principios democraticos da constituição que está sendo

elaborada pela Assembléa Nacional Constituinte, deve ser a norma fundamental de orientação do movimento sindical brasileiro;

IV — que, ao lado de mais ampla democracia sindical, com respeito às convicções, ideais e opiniões de cada um de seus associados, o principio da unidade sindical constitui principal condição de vida do movimento operário, sendo inadmissível a existencia de mais um sindicato para atender aos interesses dos tra-

balhadores de uma determinada indústria ou categoria profissional.

RESOLVEM:

a) manifestar publicamente sua repulsa ao referido decreto-lei, reiterando ao Presidente da República o pedido feito por telegrama, no sentido de que seja sustada a execução do mesmo, por ser contrário aos interesses dos trabalhadores do Brasil;

b) providenciar a convocação imediata de assembleias gerais em todos os Sindicatos de São Paulo, afim de levar ao conhecimento dos respectivos associados a presente resolução e consultá-los a respeito da situação criada pelo referido decreto-lei;

c) dirigir-se a todos os demais sindicatos do país, através das

organizações federativas estaduais, comunicando a presente resolução e pedindo a sua aprovação às medidas nela preconizadas;

d) enviar finalmente, à Assembléa Nacional Constituinte uma cópia desta resolução, solicitando-lhe que seja inscrito como um dos principios constitucionais na futura Carta Magna do Brasil, o respeito à liberdade e unidade do movimento sindical”.

Submetida a votos a presente resolução, foi ela aprovada por unanimidade.

A seguir, foi também aprovado o telegrama ao Presidente da República.

Finalmente, resolveu-se a constituição de uma Comissão Inter-Sindical afim de dar execução às resoluções aprovadas, manter o espirito de unidade que vem prevalecendo nos entendimentos entre as diferentes entidades sindicais desta Capital e examinar oportunamente a questão da participação no Congresso Sindical Nacional a realizar-se em breve no Rio de Janeiro.

OS INTERESSES DA IMPRENSA COMUNISTA FRANCESA

Em carta recentemente dirigida a um vespertino francês, o deputado comunista Fernand Genier declarou que era contra o projeto de nacionalização dos estabelecimentos de imprensa apresentados pelos sindicatos dos graficos, porque “isto significaria que nas oficinas de jornais os empregados poderiam dominar a empresa, visto que os diretores de jornais ficariam sempre na minoria...”

Os tempos mudaram. Hoje, o partido comunista é dono de alguns dos jornais mais importantes da França, e toda a sua preocupação é não se envolver em complicações com esses proletários “indisciplinados” que trabalham nas oficinas gráficas

forma de sabotar a melhoria imediata dos operários graficos, porque a equiparação exige pelo menos o cotejo de dezenas de tabelas, o que levaria tempo para ser feito. Além disso, aqueles que defendem a equiparação opoem-se ao aumento estão errados, porque não se pode e não se deve pensar que aqueles que percebem salários mais altos não necessitam também de melhorias no seu padrão de vida.

Nenhuma atividade sindical pode hoje ser desenvolvida sem um plano condutor, que não perca de vista as próprias finalidades especificas dos sindicatos: a luta por melhorias economicas e culturais dos operários. Os atuais dirigentes são incapazes e, encaram a atividade sindical burocraticamente, transformando-a numa rotina prejudicial aos interesses da própria classe operária.

A nova emissão governamental, a alta acentuada dos preços da maioria dos generos alimentícios estão a exigir uma medida rápida concretização. Esta não pode ser outra senão o aumento de salários, em proporção a ser empiricamente fixada. A luta pelo aumento de salários em dada proporção é mais dinamica, pois seus frutos são mais rápidos de ser colhidos, além de interessar imediatamente a todos.

A questão não está numa solução ideal do problema, mas sim, numa solução real e im-

diata. E esta só por ser encontrada na luta pelo aumento de salários.

É claro como água que a direção que atualmente manda no nosso Sindicato vem revelando incapacidade para qualquer ação. As provas estão aí: insalubridade, trabalho noturno, aumento de salários. E’ preciso que Figueiredo Alveres se convença que dirigir sindicato não é passear a importância de sua pasta, como se considerasse o centro do mundo.

Devem os graficos mobilizar-se visando o aumento de salários imediato. Esta é a reivindicação a ser imediatamente conquistada. Depois, organizem uma pequena bolsa de trabalho, para controlar o fluxo e refluxo da mão de obra gráfica, manobrando para equiparar os salários. Paralelamente, com utilização de medidas organizatorias sindicais e movimentos parciais em cada oficina, imponham aos patrões uma tabela única de salários, fixando ao mesmo tempo um critério objetivo para classificação dos operários nas respectivas categorias profissionais.

UM GRÁFICO

Ameaças e nada mais as propaladas devassas nos institutos de Previdencia

Anuncia-se que o sr. Negrão de Lima vai determinar uma devassa nos institutos e caixa da Previdencia Social, afim de comprimir as despesas, que não poderão ser efetuadas a não ser quando estejam de acordo com as finalidades das instituições.

Esta medida, é preciso que se diga, não passa duma ameaça do sr. Negrão de Lima contra vários presidentes de institutos, que se declararam fiéis ao grotesco P. T. B., colocando-se em campo contrário ao do ministro a que estão subordinados. E’ ela apenas uma fase da luta contra os queremistas.

São tão notorios os atos criticaveis e suspeitos das administrações dos institutos, ha muito tempo corridos pela corrupção, entravados pelo excessivo burocratismo, que, se houvesse de fato uma pequena dose de sinceridade nas atuais atitudes do sr. Negrão de Lima, e não apenas intulos de ameaça, essa devassa já teria sido procedida ha muito tempo.

Todos sabem, por exemplo, que o atual deputado Romeu Flori foi acusado pelo ex-presidente do IAPI, sr. Plínio Catanhede, de utilizar-se da instituição da qual era membro do Conselho Fiscal, sem que nenhuma providencia tivesse sido tomada pelo sr. Negrão de Lima. De outro lado, logo após ao golpe de 29 de Outubro de 1945, vieram a publico vários escandalos da Comissão do Imposto Sindical. Entretanto, tudo foi abafado e o ministro Negrão de Lima, que agora se quer transformar em

arcanjo da pureza das instituições, nada fez acobertando todas as sujeiras, protegendo assim os criminosos.

Mas essa devassa e essa intimação de comprimir as despesas não se limitam apenas às instituições de previdencia. Quer o ministro do Trabalho que as organizações sindicais também se regulem pela celebre circular da Previdencia da República a esse respeito. Eis aí mais um fruto da subordinação do sindicato ao Estado. Com essa resolução, ressalta mais claro o caráter de repartição pública dos sindicatos oficiais.

Quanto aos sindicatos, a atitude do sr. Negrão de Lima é motivada pela raiva que lhe causou o banquete da Federação Comerciária ao queremista Farrah que preside o IAPC, no qual seu nome não foi citado nem no tradicional brinde de honra.

Para nós, defensores da autonomia sindical, não cabe ao Ministério do Trabalho fiscalizar as contas dos sindicatos e ordenar-lhes economia nas despesas. Os únicos que têm autoridade para tais coisas são os sindicalizados.

É preciso que se repita sempre que, quando os sindicatos eram livres, independentes do Ministério do Trabalho, os fundos sindicais não eram desviados para banquetes. Eram todos aplicados em beneficio da organização e dos associados. Quando se queria homenagear alguém, (nunca um poderoso) os promotores realivam uma subscrição.

Todos os, trabalhadores mais idosos e experientes que conhecem os sindicatos independentes sabem que não havia desonestidade no trato dos dinheiros sindicais.

A honestidade só pode existir com a liberdade. Como os atuais sindicatos são subordinados ao Ministério, com não há liberdade para os sindicalizados, como não têm os sindicatos autonomia para se dirigirem, reina a corrupção, a imoralidade. Os ministerialistas cometem tudo o que querem, pois contam com o apoio do Ministério para evitar que as massas lhes pegam contas. O Ministério consente em todas as safadezas para que o “dirigentes” sejam subservientes às suas ordens.

Com esse regime, os únicos prejudicados são os proletários e os sindicatos.

Ainda a reforma da lei de sindicalização

O ministro do Trabalho, aperiado pelas criticas que chovem de todos os lados em cima da nova lei de sindicalização, em declarações publicas afirmou que seria concedida anistia a todos os sindicalizados, afim de que pudessem participar das eleições que serão realizadas a 6 e 20 de setembro e 3 de outubro a critério dos sindicatos.

Reconhece assim o sr. Negrão de Lima que, se não fosse concedida a anistia geral, as eleições não poderiam ser realizadas. Mas a concessão da anistia vem mostrar ainda mais uma vez que o controle governamental passa por cima de todas as considerações e determina até medidas que a tradição do movimento sindical sempre reservou às assembleias gerais, visando sobretudo a atração de todos os sindicalizados.

A anistia fiscal se de um lado acarreta prejuizos aos sindicatos, de outro favorece a classe proletária, pois permite um maior comparecimento de sindicalizados às eleições, o que pode contrariar todos os calculos ministeriais e ser o inicio de uma nova fase do movimento sindical.

Temos de acentuar que a lei, que tanta ceulema vem levantando, determinando assembleias previas trinta dias antes das eleições, marcadas para 6 de setembro próximo, também é uma manobra ministerialista. A maioria das organizações terão de apresentar chapas apressadamente e não haverá tempo nem para preparar o material das eleições.

O fundamental de todo esse decreto-lei é que veio colocar de maneira indisturável a necessidade da autonomia sindical. Disse e repetiu o ministro Negrão de Lima que a lei visa acabar com os aproveitadores do sindicalismo. Muito bem. Mas o que introduz esses aproveitadores no movimento sindical? Quais as causas do desenvolvimento e fortalecimento dessa burocracia, a que o ministro empresta os piores defeitos?

Quando dominavam os sindicatos livres, não havia aproveitadores. Renovavam-se permanentemente os quadros dos diretores. Somente à base duma grande dedicação era que os militantes sindicais conseguiam in-

fluência sobre as massas. Exceto nas organizações dominadas pela policia, a honestidade, a seriedade eram os traços predominantes. Quando em 1931 surgiu o Ministério do Trabalho, com sua primeira lei de sindicalização, iniciou-se a corrupção no movimento sindical. Para conseguir elementos aventureiros existentes no meio proletario, oferecia empregos e gratificações. Pouco a pouco, foi instituindo a burocracia, criando proventos para o exercicio dos cargos sindicais.

Com o Estado Novo, a corrupção atinge ao auge. Sindicatos sofrem desfalques e os responsáveis, apontados publicamente, nada sofrem. Ao contrário, são protegidos às escancaras pelos poderosos homens do Ministério do Trabalho. Até hoje, é voz corrente nos meios operários, que o ministério paga gratificações secretas a dirigentes sindicais doces e subservientes. O fundo do imposto sindical é uma pepinera de corrupções. Verificam assim os proletários que o Ministério do Trabalho é a causa da corrupção, foi o órgão que a introduziu no movimento operário. Dai nada mais justo de se afastar o Ministério do Trabalho do movimento operário, pois só assim a corrupção, os aproveitadores desaparecerão. Que adianta substituir os atuais aproveitadores, se continua existindo o controle ministerial? O Ministério do Trabalho continua com sua máquina corruptora bem azeitada e continuará a realizar as suas tarefas de suborno.

A necessidade é de se conseguir a autonomia sindical. Amanhã, se a diretoria eleita pela unanimidade dos associados, num pleito efetuado de acordo com a atual lei, se opuser à ação do Ministério do Trabalho, será destituída. O Ministério do Trabalho não deveria ter funções de controle do movimento sindical. Sua missão deveria ser apenas a de fiscalizar a aplicação das leis do Trabalho pelos patrões. Como é não passa dum instrumento do Estado para evitar a organização independente da classe proletaria. E tal controle governamental é a fonte do totalitarismo.

Vanguarda SOCIALISTA

Semanario marxista de interpretação e doutrina
Ano I — 9 de Agosto de 1946 — N.º 50 —
Diretor: MARIO PEDROSA.
Secretário: GERALDO FERAZ
Redação e Administração:
Av. Aparicio Borges, 207 — 3.º andar, grupo 302 sala C
Rio de Janeiro
Assinatura anual Cr\$ 30,00
Numero avulso Cr\$ 0,50
Nos Estados Cr\$ 0,60
Numero atrasado Cr\$ 1,00

Assinai
“VANGUARDA SOCIALISTA”
O jornal do proletariado

O centenário do nascimento da Princesa Isabel, ricamente comemorado no dia 29 de Julho pp., trouxe-nos, uma vez mais, este ano, a oportunidade para falarmos dos escravos do século XIX, no Brasil. A Igreja Católica, participando dos festejos, deu a sua nota solene com a missa na Catedral Metropolitana, onde só podia entrar quem estivesse de fraque e cartola. Realmente, outro traje não merecia a "Rosa de Ouro", que naquele dia voltava às mãos do Vaticano. Discursos e conferências foram pronunciados e todos eles tinham o único objetivo de reafirmar as belas qualidades de mulher e mãe abnegada, que foi a Princesa Isabel, e o seu devotamento aos escravos, tendo assinado, por isso, a Lei Áurea. Todos, porém, silenciaram a verdadeira causa da Abolição. Ninguém teve a coragem de analisar o acontecimento pelo seu aspecto político, embora todos o conhecessem. Destas colunas vamos mostrar que o que determinou a Lei de 13 de Maio foi a necessidade de a Princesa Isabel sustentar seu trono e fazer dos escravos a futura base de massa popular, já que o Império não contava mais com o apoio dos senhores feudais e nem com a burguesia, ansiosa por uma transformação social.

Decorridos 58 anos da Lei 3353, chamada a Lei Áurea e assinada a 13 de Maio de 1888, já podemos fazer um julgamento, ainda definitivo, pelo menos aproximado da realidade histórica. Para essa missão a que nos propuzemos e aqui sintetizamos, com imparcialidade e serenidade, somos obrigados a recorrer aos fatos históricos de órbita mundial, já que a escravidão não foi uma instituição brasileira, mas o espelho que refletia um determinado estado econômico e social, pelo qual passaram os mais adiantados países europeus.

Com a Revolução Francesa e o advento da máquina na Inglaterra, uma nova era social inicia-se no mundo. Um movimento político e econômico se vai alastrando, processando-se uma verdadeira revolução nas relações de trabalho. O Brasil, portanto, não poderia ficar à margem dessa transformação, não obstante a distância que o separa dos países cadinhos dessa nova forma social. Por isso mesmo, aqui também começaram a surgir as convulsões sociais que, a princípio, tinham um caráter de luta religiosa, mas que sempre trouxeram em seu bojo a mais sentida reivindicação social da época: — a libertação dos escravos. Subleves e revoluções como as de 1806, 1810, 1817 e 1820, antes da Independência, já traziam como lema a liberdade e a igualdade dos cidadãos negros e brancos. A linguagem revolucionária com que os negros de Vila Diamantina redigiram sua proclamação em 1820 é profundamente impressionante e bem demonstra o grau de civilização dos negros Hausas e Males e suas informações a respeito do que se passava no exterior. Nesse documento, que se passava no exterior. Nesse documento, que se encontra no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, lê-se: "Em Portugal proclamou-se a Constituição que nos iguala aos brancos. Esta mesma Constituição criou-se no Brasil. Morte ou Constituição — decretamos contra negros e brancos! Morte aos que nos oprimiam. Pretos miseráveis, já sois livres. No campo da honra, a última gota de sangue pela Constituição que fizeram nossos irmãos de Portugal".

Essa revolução foi feita pelos "pretos das lavagens de ouro de Guaracaba, Santa Rita, Cantagalo e Salaguá, auxiliados por um fazendeiro muito rico, também preto, na margem do Rio das Mortes reunido em o Fana-do", fazendo proclamar a Constituição em todas as margens do rio Abaeté, trazendo e sublevando 15.000 soldados da Cavalaria e os selvagens de Taipuias e Araguaia. Nela já encontramos indícios da formação da sociedade capitalista, no Brasil. Contudo, o movimento que maior característica demonstra de choques de classes sociais foi o de 1835, na Bahia, posto que foi uma revolução em que os artesãos, os negros livres das cidades e os primeiros assalariados lutaram ao lado dos escravos. Ao contrário do que assevera Nina Rodrigues, a Revolução de 1835 não teve um caráter tipicamente religioso, mas foi o maior entreechoque de uma sociedade em formação contra outra que, dia a dia, ia deixando de servir aos interesses da coletividade.

Já a máquina se encontrava

no Brasil enquistando-se nas relações do trabalho escravo. Maquiastas, mestres e outros trabalhadores assalariados eram uma necessidade nas grandes usinas de açúcar e outras que tais, principalmente na cidade de Campos, no Estado do Rio, em Recife, no Pernambuco, cidade da Bahia e de outras capitais. Por outro lado, os donos dessas empresas iam compreendendo que para auferir maiores lucros mister se tornava e desenvolvimento de suas usinas, e isto requeria outras máquinas e mais braços especializados, com os quais não tivessem nenhuma obrigação senão a de lhes pagar o salário. Era, pois, um novo sistema de relações de trabalho. Faltava simplesmente que se tivessem "desenvolvido todas as forças produtivas capazes de conter" o sistema mercantilista para que "outras novas e superiores" as substituíssem. O Brasil estava consequentemente próximo de um novo sistema econômico e social que se desenvolvia a passos largos "até atingir o fim". E dada essa rapidez de transformação econômica, a burguesia, apesar de incipiente, confundia seus interesses com as massas populares. Note-se que a cada revolução desencadeada no Brasil correspondia u'a maior centralização de deveres dos senhores feudais nas mãos da monarquia, ao mesmo tempo que a Igreja lhe transferia suas obrigações. A libertação dos escravos da corte imperial brasileira é um dos muitos exemplos a citar. Tais fatos, ao invés, porém, de serem uma demonstração de liberalismo do império para com a nova forma social, era, ao contrário, um meio político para que o Estado melhor pudesse intervir contra as agitações populares.

Declarada a guerra com o Paraguai, o enfraquecimento econômico do Império se vai agravando assustadoramente. Os movimentos populares, tendo à frente não somente os escravos mas também a classe média intelectual, revolucionária e influenciada pelas idéias dos enciclopedistas franceses, espoucam em todos os quadrantes do país. Patrocínio, André Rebouças, Luiz Gama e seus "caifazes", Rúi Barbosa, Silva Jardim, Quintino Bocaiuva, Castro Alves e outros, atiram-se na agitação popular, confundindo a libertação dos escravos com o advento da República. A repercussão desses movimentos no exterior tornava-se um impedimento ao próprio mercado nacional de exportação e importação. A monarquia, a igreja de Leão XIII, os revolucionários de França, os capitalistas ingleses, franceses e norte-americanos, todos, voltavam suas vistas para o desenrolar dos acontecimentos que se processavam no Brasil. No Paraguai, quando Rio Branco foi em missão diplomática, Felipe Néri, em uma reunião dos maçons paraguaios, disse-lhe: "Libertamos um povo, mas em nossa Pátria ainda existe uma raça escravizada e que é tão humana quanto nós o somos". Tais palavras determinaram o compromisso formal de Rio Branco, na luta contra a escravidão.

Era 1870. O Conde D'Eu, por seus atos de bravura na guerra, foi premiado com uma viagem à Europa. A Princesa Isabel

acompanhou-o e o primeiro país que visitaram foi a Inglaterra. As idéias de Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Louis Blanc, Blanqui e Marx dominaram aos intelectuais franceses, que se irradiavam para o mundo todo. O capitalismo inglês, em plena fase de desenvolvimento, revolucionava as relações comerciais e se lançava à cata de escravos modernos — os proletários — não permitindo mais a forma mercantilista da escravatura. Era a época do capital de concorrência. Em França o governo provisório desde 1848, via-se ameaçado por uma revolução proletária, cuja chama era alimentada principalmente pelo Manifesto Comunista de Karl Marx. Em Viena, onde a herdeira do trono brasileiro encontrava-se, havia também uma profunda crise econômica, decorrente da grande guerra entre a Alemanha e a França. De volta ao Brasil, a Princesa Isabel teve oportunidade de assistir in loco aos primeiros dias da Comuna de Paris, e assim verificar o que é a luta do povo enfurecido contra o poder opressor. Viagem decisiva, por excelência, deu o ensejo de a futura Regente observar o desenvolvimento do capitalismo inglês, as lutas sociais de França e coordenar tudo isso com a linha traçada pela Igreja.

Possuindo um tino político maior do que Pedro II, comprometido até à medula com a burguesia feudal e reacionária, a Princesa Isabel, utilizando suas observações pessoais, tentou salvar o trono fazendo reformas sociais. E a prova mais convincente disso é a sagacidade com que ela e Rio Branco tentaram fazer no Brasil aos pedaços o que a monarquia francesa havia rejeitado e, por isso mesmo, mais rápida se processou a queda de Maria Antonieta. A Lei do Venter Livre e a do Sexagenário não foi nenhuma originalidade. Blangilly, antes da Revolução Francesa, havia apresentado um projeto de lei, com esses mesmos dispositivos e outros mais elásticos que permitiam a liberdade gradual dos escravos das colônias francesas com indenização.

O plano político da Princesa para assegurar o trono era fruto das experiências que outras monarquias tiveram. Libertando os escravos aos poucos e poucos teria a Princesa a possibilidade de arremetê-los para sustentar seu futuro governo. Mas, as condições sociais do Brasil não comportavam a demora com que foram feitas as reformas. A necessidade de um novo regime social tornou-se inadiável. Nabuco, Rúi Barbosa, Rebouças, Silva Jardim, Luiz Gama e o próprio João Alfredo já o antecipavam para futuro próximo. As reformas não mais satisfiziam. Era preciso mudar. E mudou-se, com a decretação da Lei de 13 de Maio de 1888, que marcou o fim do Império, não por ser Império, mas porque a família imperial e seus conselheiros não acompanharam a evolução social do País.

Feita a Abolição dos Escravos, novas relações de trabalho se iniciaram oficialmente, as quais veem sendo aprofundadas à proporção que se desenvolve o capitalismo no Brasil. A proletarianização gradual por que está sendo levada a classe média, novamente traz para o quadro po-

Vanguarda SOCIALISTA

ANO I

Sexta-feira, 9 de Agosto de 1946

N.º 50

A participação nos lucros e o exercício do direito de greve

lítico e social o negro brasileiro. É que também novas e superiores formas sociais estão surgindo para substituir a sociedade capitalista. Desta, vez, porém, o negro não mais participa como escravo mas dissolvido nas classes média e proletária, principalmente. Suas questões peculiares já são colocadas no tabuleiro da política nacional e se tornaram uma necessidade social a luta contra o preconceito de cor e a educação psicológica das massas populares para resistirem contra o insuflamento de quaisquer problemas que impliquem, direta ou indiretamente, no isolamento do negro ou de outra qualquer raça no seio da família brasileira.

Em face desses acontecimentos que os próprios negros marcaram "a mais bela página revolucionária de nossa história", é que não toleramos os chamados partidos políticos da raça negra, e quando nos referimos a seus idealizadores sentimo-nos constrangidos em declarar-lhes: ou são ignorantes ou tem profunda dose de má fé.

Convencidos, pois, de que o "capitalismo é a pre-história da sociedade humana" e que as "novas e superiores formas sociais" se encontram no regime socialista, o negro não terá outra bandeira senão bater-se por este sistema, para no futuro viver a sua história: a história sem dramas econômicos, sem dramas sociais, políticos ou psicológicos.

Convencidos, pois, de que o "capitalismo é o fim da pre-história da sociedade humana" e "as relações de produção burguesa são a última forma antagonista do processo de produção social", nós, os negros, não temos outra bandeira a desfraldar senão a do socialismo em cujo regime poderemos viver e contar a nossa história: — história sem dramas econômicos, sem dramas sociais, políticos e psicológicos.

IMPERADOR, JONES

P.S. — Recebemos o n.º de Julho do jornal Alvorada, editado em S. Paulo e órgão da Associação dos Negros Brasileiros. Destacamos de sua farta matéria doutrinária um editorial protestando contra um "titular" que se outorgou o direito de representar aos negros paulistas num determinado partido político. Daí, juntamos o nosso protesto e fazemos votos para que os companheiros de Alvorada continuem vigilantes contra o abuso desses pretensos líderes.

I.J.

A 31 de Agosto, VANGUARDA SOCIALISTA completará um aniversário, terminando assim o prazo das assinaturas anuais tomadas no ano passado, ou, posteriormente, a partir do primeiro número.

Afim de que não haja interrupção no recebimento do nosso jornal, solicitamos aos nossos assinantes as necessárias providências, pelo que ficaremos gratos. Os vales postais e registrados com valor devem vir endereçados para a nossa administração, em nome do companheiro Hylcar Leite.

Muitos companheiros acham que a participação nos lucros das empresas impedirá o exercício do direito de greve. Antes de mais nada é bom frisar que os burgueses que encaram com simpatia a participação o fazem porque estão certos de que ela evitará greves e outras questões. Para eles, a participação nos lucros seria um freio a qualquer movimento.

É claro se pudessem os capitalistas usariam a participação em benefício de seus próprios interesses e de trimento dos dos operários. Para os capitalistas, a participação tem de ser facultativa e individual sem fiscalização operária na escrita da empresa. Só desse modo é que eles poderão fazer da participação um instrumento para corrupção de certas camadas da classe proletária e um freio à greve e ao movimento operário.

Mas, desde que a participação nos lucros seja obrigatória, direta, imediata, coletiva, geral, igual para todos, proporcional ao tempo de trabalho, com fiscalização na escrita, com intervenção na direção da empresa por intermédio dos conselhos de operários das fabricas, com assistência dos sindicatos autônomos do Estado e dos partidos, não será nenhum impedimento ao movimento operário. Ao contrário, dar-lhe-á possibilidades enormes de desenvolvimento, em virtude da união dos interesses imediatos com os mais remotos além de ser um poderoso meio de educação das massas para o socialismo.

Separad inteiramente dos salários, com os sindicatos autônomos velando pelo interesses da classe em conjunto, assistindo os comites, lutando pela melhoria constante do nível de existência do proletariado, a participação nos lucros não será um freio ao movimento operário.

A separação de tarefas entre os sindicatos e os conselhos de operários a este respeito já mostra que a participação nos lucros não impedirá a que o sindicato se lance, por exemplo, a campanha para a melhoria das condições de trabalho das empresas ou de salários, recorrendo até a greve, se necessário for. A ação sindical será auxiliada pelos operários, por que sendo obrigatória a participação, os operários nada perderão em lutar por

maiores salários e menores jornadas de trabalho, que serão preferidos aos benefícios da participação. A própria participação retira grande parte das possibilidades dos capitalistas recusarem aumentos de salários, diminuição da jornada de trabalho e melhorias técnicas pois a participação limita-lhes o poder sobre a fabrica. Levadas às últimas consequências a participação operária nos lucros capitalistas reduz o papel do capitalista a de um técnico. Aplicada durante algum tempo, poderá determinar que os filhos dos capitalistas não sejam mais os donos da empresa.

Os burgueses temem a participação nos lucros como o diabo a cruz. Por isso mesmo, opõem-se a ela e querem arranjar um jeito para taplar tudo e todos. Sabem que, fiscalizando a escrita, intervendo na direção, com seus sindicatos autônomos, os operários começarão logo a perceber o alcance socialista da participação nos lucros.

A participação nos lucros, redundando na melhoria das condições de vida das massas, tem em si todos os elementos para criar um movimento de massa independente, capaz de abrir caminho concretamente para o socialismo. Nesse movimento, é verdade, a vanguarda tem de agir como um fermento esclarecendo as massas, educando-as politicamente e economicamente para o socialismo. Não permite, por sua própria natureza, ações para "eletizar" as massas, para arrastar os operários objetivos partidários.

O papel que cabe à vanguarda é criar em torno da participação nos lucros a ideologia socialista, velando pela conservação da autonomia dos sindicatos, defendendo o movimento operário em conjunto das deturpações que possa acarretar na mentalidade operária.

O exercício do direito de greve, com a participação, fica mais bem assegurado. Os operários terão a segurança econômica que lhes dará a participação obrigatória. Seus sindicatos serão autônomos e os seus conselhos de fabrica ocuparão posições fundamentais em toda a economia.

Com a participação nos lucros, com a fiscalização na escrita, com a intervenção na direção das empresas, com os sindicatos autônomos, o proletariado terá conquistado um poderio imenso, que lhe facilitará as tarefas para abrir os caminhos do socialismo.

H. L.

VANGUARDAS, PARTIDO E SOCIALISMO

(Continuação da pág. 4)

precisamente desse novo partido, desse partido-classe.

O Partido Comunista americano não faz exceção à regra, do mesmo modo que não cessa de bater-se por um Labor Party tanto o grupo do trotskismo oficial como o dos trotskistas dissidentes. O Partido Socialista junta sua voz no mesmo coro. Assim, todos esses grupos de vanguarda, "centristas" ou não, sentindo a insuficiência de suas forças, compreendem, embora pelos motivos mais diversos, que chegou a hora da classe proletária americana enquadrar todos os seus objetivos e interesses no grande partido que será o canalizador de todas as águas para a transformação da economia supercapitalista americana numa economia socializada.

As vanguardas existem por força da própria vida; mas a elas não cabe senão um papel limitado, e sua ação só será fecunda se desaparecer na própria classe, meros fermentos no seio do povo trabalhador.

MARIO PEDROSA

Assina!

"VANGUARDA SOCIALISTA"

O jornal do proletariado

31 de AGOSTO

1.º Aniversario de VANGUARDA SOCIALISTA

O PROGRAMA DO JANTAR-COOPERAÇÃO — JA' SE ACHAM A' VENDA OS CARTÕES AO PREÇO DE CR\$ 50,00

A Comissão de Amigos de VANGUARDA SOCIALISTA, que se encarregou de organizar o Jantar-Cooperação a VANGUARDA SOCIALISTA", comemorativo do primeiro aniversario do nosso jornal, já estabeleceu

Um companheiro de VANGUARDA SOCIALISTA inicia a subscrição para o numero de aniversario

O nosso companheiro Odair de Oliveira, residente em São Carlos, no Estado de São Paulo, dirigiu-nos uma carta, na qual juntava a sua contribuição de Cr\$ 10,00 para o número especial de aniversário do nosso jornal. Tomou assim esse nosso companheiro uma iniciativa, que me-

rece a melhor acolhida de todos os nossos companheiros e amigos de VANGUARDA SOCIALISTA, ficando assim aberta uma subscrição para esse fim.

Todas as importancias enviadas para tal fim serão publicadas.

para o jantar de 31 de Agosto, a realizar-se no Bar Alpino, no Leme, às 20 horas, o seguinte programa:

- 1.º — Aperitivo e palavras iniciais;
- 2.º — Jantar;
- 3.º — Discurso do representante de VANGUARDA SOCIALISTA;
- 4.º — Leilão americano de livros, quadros, desenhos e uma coleção anual de VANGUARDA SOCIALISTA encadernada;
- 5.º — Canções.

Segundo notícias de nossos companheiros de São Paulo, também nessa capital realizar-se-á um ato comemorativo do nosso jornal.

Já se acham à venda, na Gerencia de VANGUARDA SOCIALISTA, os cartões para o Jantar-Cooperação, ao preço de Cr\$ 50,00. Qualquer pedido pode ser feito também por carta ao companheiro Hylcar Leite.

ADQUIRA JA' O SEU CARTÃO PARA O JANTAR